

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA COMO GÊNESE DA PÓS-
POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO
CONTEXTO DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO EM MOUFFE**

LETÍCIA BAUMAN NOVAES

**RIO DE JANEIRO
2020 / 4
LETÍCIA BAUMAN NOVAES**

**A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA COMO GÊNESE DA PÓS-
POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO
CONTEXTO DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO EM MOUFFE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Daniel Capecchi Nunes**.

**RIO DE JANEIRO
2020 / 4**

CIP - Catalogação na Publicação

N935d Novaes, Leticia Bauman
A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA COMO GÊNESE DA
PÓS-POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA RACIONALIDADE
NEOLIBERAL NO CONTEXTO DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO EM
MOUFFE / Leticia Bauman Novaes. -- Rio de Janeiro,
2020.
63 f.

Orientador: Daniel Capecchi Nunes.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Democracia, Neoliberalismo, Despolitização,
Esfera Pública, Pós-Política. I. Nunes, Daniel
Capecchi, orient. II. Título.

LETÍCIA BAUMAN NOVAES

A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA COMO GÊNESE DA PÓS-POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NO CONTEXTO DO DÉFICIT DEMOCRÁTICO EM MOUFFE

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor Daniel Capecchi Nunes**.

Data de aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro
2020 / 4

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que diariamente me fazem sentir o vento da queda e a dureza do chão — **meus pais**, responsáveis pelas recusas e entregas que hoje me engendram; **Lari**, minha dupla ininterrupta nessa dança ginástica que é a vida; **vovô e vovó**, que iniciaram isso tudo e permanecem segurando o mais importante: nossa família; **Gabriel**, meu romance, meu amigo, que carrega o peso de ser e estar por nós dois; **meus amigos**, que lutam bravamente contra meu exílio e permitem que vivamos esses acontecimentos, obrigada por me ensinarem exatamente onde está o amor, onde está o ombro, os olhos e a vida.

“Falar da política como a política, falar da política como discurso preocupado com a criação ou perpetuação da condição de tal discurso, é realmente a alegação de que o objetivo da política é a política, de que a política (quando autêntica) existe para seu próprio bem. Isso significa que, em parte, a política autêntica não possa ser contaminada pelo necessário ou pelo útil, mas tem uma afinidade para todas as coisas belas, para a esfera da estética.” (Kateb, 2000, p. 134).

RESUMO

NOVAES, Leticia Bauman. *A despolitização da esfera pública como gênese da pós-política: uma análise da racionalidade neoliberal no contexto do déficit democrático em Mouffe*. 72f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho tem como objetivo estudar o fenômeno da pós-política, através da discussão avançada por Chantal Mouffe (2005, 2009, 2013), como uma das narrativas para o contexto do déficit democrático atual. (*Freedom House* 2020; *Latinobarômetro* 2018; *Banco Mundial*, 2017). Será apresentada uma discussão sobre a democracia como conceito e a forma com que a sua variante institucional se desenha, após analisaremos os dados relativos ao recuo dos índices democráticos ao redor do globo, incluindo aspectos como liberdade, democracia, participação eleitoral e confiança política. O recorte do trabalho será feito a partir da crise financeira de 2008, e como essa advogou para a consolidação do neoliberalismo em um variável mais acirrada. Como construção da hipótese, discutiremos o neoliberalismo como prática hegemônica sob a ótica da sua racionalidade subjetiva e da lógica do consenso (Mouffe, 2005). Avançaremos a exposição analisando a forma com que o triunfo do neoliberalismo culmina na despolitização da esfera pública (Habermas, 1962), por conseguinte especificaremos a maneira com que a despolitização é operada e as suas consequências para o exercício democrático. Posteriormente, será apresentada a visão pós-política como evidente fenômeno da prática política atual à luz da moralização do binômio amigo/inimigo (Schmitt, 1992). Por fim, buscaremos possíveis respostas para a ascensão de líderes não-democráticos através de eleições regulares, sob a ótica da concretização da insatisfação política.

Palavras-chave: Democracia, Neoliberalismo, Despolitização, Esfera Pública, Pós-Política.

ABSTRACT

NOVAES, Leticia Bauman. *A despolitização da esfera pública como gênese da pós-política: uma análise da racionalidade neoliberal no contexto do déficit democrático em Mouffe*. 72f. Paper (Law Degree) – Universidade do Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The current work aims to analyze the phenomenon of post-politics, through Chantal Mouffe's (2005, 2009, 2013) argument, as one of the possible justification for the current context of the democratic deficit (*Freedom House* 2020; *Latinobarômetro* 2018; *Banco Mundial*, 2017).

A discussion of democracy as a concept and the way in which its institutional variant is design will be presented, after we will analyzing the data on the decline in democratic rankings around the globe, including aspects such as freedom, democracy, electoral participation and political confidence. This paper will work in the timeline of the 2008 financial crises, and how it pleads for the consolidation of neoliberalism in a more fierce variable. To develops the assumption, we will discuss neoliberalism as a hegemonic practice from the perspective of its political governmentality and the consensus model (Mouffe, 2005). We will advance the dissertation analyzing the way in which the triumph of neoliberalism culminates in the depoliticization of the public sphere (Habermas, 1962), therefore we will specify how it strikes and its consequences for the democratic practice. Afterwards, the post-political view will be presented as the phenomenon of current practice according to the moralization friend/enemy binomial (Schmitt, 1992). Finally, we will seeking answers to the rise of non-democratic leaders through regular elections under the accomplishment of a political apathy and dissatisfaction.

Key-words: Democracy, Neoliberalism, Depoliticisation, Public Sphere, Post-Political

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
02. DESENHOS INICIAIS SOBRE DEMOCRACIA	13
2.1. A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E SEU LEGADO	16
3. DADOS IMPORTANTES SOBRE O DÉFICIT DEMOCRÁTICO GLOBAL	20
3.1. OS ÍNDICES DE LIBERDADE E DEMOCRACIA	21
3.2. OS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E CONFIANÇA POLÍTICA	25
4. O TRIUNFO DO NEOLIBERALISMO	28
4.1. A RACIONALIDADE NEOLIBERAL COMO NOVO PARADIGMA	30
5. CHANTAL MOUFFE E A LÓGICA DO CONSENSO	33
6. A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA	36
6.2. A SALA DE MÁQUINAS DA DESPOLITIZAÇÃO	37
6.3. OS CAMINHOS PARA A DESPOLITIZAÇÃO	39
7. A VISÃO PÓS-POLÍTICA E OS POSSÍVEIS NOVOS CAMINHOS	44
7.1. O POLÍTICO E A MORAL: A CONSTRUÇÃO DO AMIGO/INIMIGO	47
8. OS ELEITOS E OS ELEITORES: A CONCRETIZAÇÃO DA INSATISFAÇÃO POLÍTICA	49
8.1. DEMOCRACIA COMO ÚNICO JOGO POSSÍVEL NO IMAGINÁRIO DOS ELEITORES?	50
8.1.2. A FADIGA DA DEMOCRÁTICA: ELEITORES SUFOCADOS?	55
8.2. DEMOCRACIA COMO JOGO IMPOSSÍVEL NO IMAGINÁRIO DOS LÍDERES ATUAIS?	56
9. CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1. INTRODUÇÃO

A reunificação da Alemanha após a queda do muro de Berlim em novembro de 1989 e a seguinte reestruturação política e econômica da Rússia, após a desintegração da União Soviética, através da Glasnost e da Perestroika, estabelecem o fim da guerra fria.

As ondas democratizantes se iniciaram, e, cada vez mais notório, foi o afastamento do comunismo e o estabelecimento do neoliberalismo como regime não apenas dominante, mas hegemônico ao redor do globo. As diretrizes norteadoras desse processo não nos são estranhas, a recuperação das economias nacionais, a desestatização, a abertura dos mercados. O processo também incluiu a consolidação de Bretton Woods como instituições monetárias basilares do comércio cada vez mais globalizado.

Ao longo dos anos de 1990 a 2000 foi inegável a escalada do neoliberalismo como prática hegemônica. A maioria dos países ao redor do globo adotaram a doutrina neoliberal como novo paradigma, e suas diretrizes como o crescimento econômico e a expansão do mercado a nível global ditaram as políticas internas e externas de diversos países. Resta-nos identificar que referida hegemonia se manteve através de uma forma específica de conceber a sociedade, o Estado, a política e a economia, a qual apontamos como “racionalidade neoliberal”. (Brown, 2005: 40)

Resta-nos estabelecer que por neoliberalismo estaremos nos referindo não ao liberalismo clássico, mas sim a um processo histórico que transformou o próprio capitalismo e por consequência as sociedades, desta forma, utilizaremos a definição de Wendy Brown (2005) em *Neoliberalism and the end of liberal democracy*, na qual neoliberalismo não é apenas uma política econômica, mas sim uma racionalidade que se expande e dissemina valores econômicos e de mercado para as instituições e até mesmo para a ação individual e social.

Isso porque, o neoliberalismo “não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (Laval e Dardot, 2016: 19), uma vez que, sua doutrina em si mesma não distingue o mercado do essencialmente jurídico-institucional.

Em última análise, o que justifica o intervencionismo jurídico reivindicado pelo neoliberalismo é que, quando se lida com um capitalismo singular, é possível intervir nesse conjunto de maneira a inventar outro capitalismo, diferente do primeiro, o qual constituirá uma configuração singular determinada por um conjunto de regras jurídico-políticas. Em vez de um modo econômico de produção cujo desenvolvimento é comandado por uma lógica que age à maneira de uma “lei natural” implacável, o capitalismo é um “complexo econômico-jurídico” que admite uma multiplicidade de figuras singulares. É por isso também que devemos falar de sociedade neoliberal, e não apenas de política neoliberal ou economia neoliberal – embora seja inegavelmente uma sociedade capitalista, essa sociedade diz respeito a uma figura singular do capitalismo que exige ser analisada como tal em sua irreduzível especificidade. (Laval e Dardot, 2016: 19)

Ainda é preciso situar, nesse sentido, que em relação à racionalidade neoliberal aludimo-nos ao conceito de “governamentalidade” elaborado por Michel Foucault e avançado em referência ao neoliberalismo por Pierre Dardot e Christian Laval (2016) em a nova razão do mundo.

O conceito de “racionalidade política” foi elaborado por Michel Foucault em relação direta com as pesquisas que dedicou à questão da “governamentalidade”. (...) trata-se, diz Foucault, em resumo, “de um plano de análise possível – o da ‘razão governamental’, isto é, dos tipos de racionalidade que são empregados nos procedimentos pelos quais se dirige, através de uma administração de Estado, a conduta dos homens”. Uma racionalidade política é, nesse sentido, uma racionalidade “governamental”. (...) Devemos nos estender ainda sobre o sentido dessa noção de “governo”: “Trata-se [...] não da instituição ‘governo’, mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens no interior de um quadro e com instrumentos de Estado”. (Laval e Dardot, 2016: 16)

Mais especificamente, a “governamentalidade” seria um conjunto de atividades de poder exercidas por homens em busca de conduzir as práticas de outros homens a fim de governá-los. Sobremaneira, governar em si seria a capacidade de direcionar a conduta dos governados.

É certo que o governo, longe de remeter à disciplina para alcançar o mais íntimo do indivíduo, visa na verdade a obter um autogoverno do indivíduo, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo. Em 1982, Foucault dirá que se interessa cada vez mais pelo “modo de ação que um indivíduo exerce sobre si mesmo por meio das técnicas de si”, a ponto de ampliar sua primeira concepção de governamentalidade, excessivamente centrada nas técnicas de exercício do poder sobre os outros: “Chamo de ‘governamentalidade’ o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Laval e Dardot, 2016: 16)

Assinala-se, ainda, que pretende o presente trabalho entender a hegemonia neoliberal conforme o conceito de hegemonia gramsciano, no qual correlaciona-se a força e o consenso. Isto é, a prática hegemônica se caracterizaria pela condução política e cultural dos grupos aliados de forma consentida, enquanto o aparelho coercitivo estatal seria o responsável pela

condução não consentida. “Nesse sentido, o consenso permite à classe ser dirigente, enquanto a força torna-a dominante” (Bianchi e Aliaga, 2011: 28). Dessa forma, a construção da prática hegemônica requer o consentimento passivo de parte efetiva da sociedade quanto a ideais e valores.

o exercício “normal” da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar é caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante em muito o consenso, ao contrário, apareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos assim ditos órgãos da opinião pública (o quais por isso, em certas situações, multiplicam-se artificialmente). Entre o consenso e a força está a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o exercício da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisia do antagonista ou dos antagonistas causada pela absorção dos seus dirigentes (...). (Gramsci, 1971: 59).

Estabeleceremos adiante as diversas formas com que a racionalidade neoliberal passou a adotar uma lógica de centralidade e tecnicismo a fim de amainar o seu conteúdo político. O dissenso a ser cada vez mais suprido pelo que chamaremos de mecanismos de despolitização engendraram a política atual. A qual é marcada por uma esfera pública completamente desvirtuada e que não mais consegue concretizar discussões políticas reais e efetivas.

Importante pontuar que por esfera pública opta-se o presente trabalho pelo conceito habermaniano (1962, 1991), isso é a esfera pública como “uma arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas” (Giddens e Sutton, 2015: 219).

Dessa forma, evidencia-se que, em um contexto de despolitização da esfera pública, a forma com que o potencial institucional da democracia, qual seja a democracia representativa liberal, não é capaz de materializar os conceitos essencialmente democráticos, tornando-se um mero procedimento vazio.

Para tanto, em um recorte dos anos após a crise financeira de 2008, buscaremos correlacionar a intensificação das práticas neoliberais ao redor do mundo no sentido da austeridade fiscal com o recuo dos índices democráticos. Será esse o aspecto central a ser investigado no presente trabalho, a forma com que a racionalidade neoliberal influencia o déficit democrático.

Buscaremos identificar, assim, os impactos da hegemonia do neoliberalismo através de suas práticas e discursos despolitizantes, quais sejam a lógica do consenso e a emersão da visão pós-política marcada pela moralização do debate e a supressão do político. Para tanto, cumpre ressaltar, que nos basearemos na discussão avançada por Chantal Mouffe (2005, 2009, 2013) em relação à como a política do consenso impulsionaria a pós-política.

Os tempos consensuais em que vivemos eliminaram o genuíno espaço político de dissenso. No entanto, consenso não é igual a paz ou ausência de contestação (Rancière, 2005: 8). Sob uma condição pós-política: “tudo que é politizado pode ser discutido, mas apenas de uma forma não comprometedor e não conflituosa. Escolhas absolutas e irreversíveis são afastadas; a política se torna algo que ninguém pode fazer sem tomar decisões desagregadoras. Quando o pluralismo se torna um fim em si mesmo, a real política é empurrada para outras arenas” (Diken e Laustsen, 2004: 7). Dificuldades e problemas (...) são geralmente encarados e aceitos como necessidades problemáticas a serem tratadas por meio de compromisso, arranjo gerencial e técnico e a produção do consenso. (Swynngedouw, 2009: 609)¹

A pós-política, nesse sentido, seria encarada como a personificação do déficit democrático atual, como cada vez menos pessoas interessadas na participação política e mais desconfiadas de instituições chaves para o desenvolvimento democrático. A emersão de líderes antidemocráticos, assim, pode ser explicada pela sua capacidade de articular a expectativa dos eleitores em preencher o vazio político que o discurso de neutralidade e a moralização geraram.

Cumprir destacar que pretende o presente trabalho somar-se a diversos esforços² no sentido de entender os motivos do crescente recuo democrático global. Sendo assim, não há a intenção de comprovar a despolitização da esfera pública como única resposta para o déficit dos índices democráticos, mas sim como uma possível conjectura dos tempos atuais.

Para tanto, o esforço teórico seria no sentido de investigar as seguintes hipóteses. Se a racionalidade neoliberal se intensificou após a crise financeira de 2008; se a racionalidade

¹ Tradução própria “The consensual times we are currently living in have thus eliminated a genuine political space of disagreement. However, consensus does not equal peace or absence of contestation (Rancière, 2005: 8). Under a postpolitical condition: ‘Everything is politicized, can be discussed, but only in a non-committal way and as a non-conflict. Absolute and irreversible choices are kept away; politics becomes something one can do without making decisions that divide and separate. When pluralism becomes an end in itself, real politics is pushed to other arenas’ (Diken and Laustsen, 2004: 7). Difficulties and problems, such as re-ordering the urban or re-shaping the environment that are generally staged and accepted as problematic need to be dealt with through compromise, managerial and technical arrangement and the production of consensus”

² Daly, Tom Gerald. Democratic Decay: Conceptualising an Emerging Research Field. Hague Journal on Rule of Law, v. 11, n. 1, p. 9-36, 2019.

neoliberal como prática hegemônica contribui para a despolitização da esfera pública; se a despolitização da esfera pública neutraliza os possíveis movimentos contra a prática hegemônica; se a despolitização da esfera pública reforça o déficit democrático e se a pós-política leva a uma maior abertura a alternativas autoritárias.

02. DESENHOS INICIAIS SOBRE DEMOCRACIA

entre a grande variedade de fatos que ocorreram nesse período[século XX], eu não tive, finalmente, nenhuma dificuldade em escolher um como o mais proeminente do período: a ascensão da democracia. (Sen, 1999: 11)³

Quem quer que esteja pesquisando a temática ligada ao desenvolvimento da democracia e seus regimes, assim como, a sua ampliação ao longo das últimas décadas para praticamente todas as regiões do mundo notará que o processo de democratização tornou-se um dos fenômenos políticos mais importantes do século XX. Ainda que sua forma de institucionalização não seja uma unanimidade, a democracia tornou-se, além de uma forma de governo, um ideal a ser perseguido, o qual, diga-se passou a fundir em si mesmo conceitos como justiça e igualdade.

A complexidade inerente ao projeto democrático e os desafios inerentes a sua instrumentalização são simbolizadas pelos vastos esforços em prol de sua definição. Destaca-se, nesse âmbito, a Declaração Universal da Democracia, aprovada pelo Conselho da União Interparlamentar da UNESCO em 1997, na qual se conceitua que a democracia “destina-se essencialmente a preservar e promover a dignidade e os direitos fundamentais do indivíduo; alcançar a justiça social; e fomentar o desenvolvimento econômico e social da coletividade” (Declaração universal da democracia: resolução A/67/7 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU). O documento ainda acrescenta que, como forma de governo, a democracia seria a melhor alternativa para se alcançar tais objetivos e também a apresenta como o único sistema político com capacidade de promover autocorreção. No entanto, não custa à correlação com diversos indicadores e acontecimentos políticos recentes, os quais, na verdade, parecem indicar certas ineficiências nessa dinâmica à primeira vista imaculada.

³ Tradução Própria “entre la gran variedad de sucesos que han tenido lugar em este periodo: el ascenso de la democracia”

Ressalta-se que, o que está em discussão no presente trabalho não é apenas a democracia enquanto ideal e projeto, mas, mormente a forma segundo a qual tal projeto se institucionaliza, qual seja a democracia representativa liberal.

A democracia representativa liberal é o atual modelo democrático vigente, se apresentando – hegemonicamente – como a variante institucionalizada de democracia. Qualifica-se como o governo de todos através de representante escolhidos por todos, assentando nos mecanismos da igualdade de direito, da liberdade de expressão e do *fair trial*. Ainda em termos de caracterização, tem-se neste modelo “eleição livres, democracia representativa e distribuição igualitária das liberdades individuais”⁴ (Brown, 2005: 46).

Nesse sentido, interessante notar a estreita influência das concepções procedimentalistas na teoria democrática liberal. Moldando, desta forma, a partir do final do século XX, importantes diretrizes para a concepção hegemônica da democracia (Santos, 2002: 43-46). Segue-se o importante resgate da percepção *schumpeteriana*, no qual, em vista de buscarmos uma definição sobre democracia, o abandono da noção clássica de governo do povo deveria ser substituído pela noção de governo aprovado pelo povo. Isso porque, para Schumpeter, o ponto de partida para buscar definir o que seria democracia deveria perpassar a convicção de que essa se trata de “um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa)” (Schumpeter [1942] 1961: 291), sintetizando, o método democrático tratar-se-ia de um sistema “no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (328).

Norberto Bobbio conforma noções semelhantes ao conceber o procedimentalismo como regras para a composição do governo representativo (Bobbio, 1979), definindo a democracia “como a forma de governo caracterizada por um conjunto de regras que permitem a mudança de governantes sem necessidade de usar a violência” (1996: 233). Ainda no mesmo sentido, Samuel P. Huntington estabelece democracia como “procedimentos para a constituição do governo” (Huntington, 1994: 16).

⁴ Tradução Própria “free elections, representative democracy, and individual liberties equally distributed to modest power-sharing or even more substantive political participation”

Sendo assim, no pós guerra, a concepção hegemônica de democracia é moldada por essa noção procedimentalista, fato que culmina em uma variante institucionalizada de democracia que parece se distanciar do seu sentido clássico, qual seja, “governo do povo”.

Com tais contornos inéditos e distintos da experiência grega experienciamos uma descaracterização profunda do ideal inicial. A qual pode ser identificada na debilidade da democracia em gerenciar seus conflitos internos e a incapacidade de representar múltiplas identidades e agendas (Santos, 2002: 49). A mesma preocupação toma os pensamentos de Immanuel Wallerstein que questiona sobre como a democracia vista por tanto tempo como uma aspiração revolucionária no século XIX tornou-se, no século XX, vazia em seu conteúdo (2001:1). Evidencia-se, dessa forma, que a ideia de Abraham Lincoln de democracia como “um governo pelo povo e para povo” não parece estar expressa na sua forma institucionalizada.

Referida elucubração sobre a confusão existente em torno da concepção democrática e no potencial institucional da democracia, faz-se necessária, uma vez que, com os esforços acadêmicos em demonstrar que a democracia na prática não mais exprimia os ideais clássicos, essa forma de governo passou a ser questionada em sua capacidade de contemplar a multiplicidade de novas demandas sociais, conforme denunciou José Saramago em palestra no Fórum Social Mundial em 2005:

Tudo se discute neste mundo. Menos uma única coisa que não se discute, a democracia. A democracia está aí, como se fosse uma espécie de santa do altar de quem já não se espera milagres. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada. (Saramago, 2005)

A crise financeira de 2008 trouxe à tona questionamentos sobre o modelo democrático em diversos setores da sociedade. Isto é, além de movimentos progressistas que advogavam pela concretização de melhores das práticas a fim de alargar a democracia, também há de se destacar o regresso da extrema direita, com manifestações autoritárias e explicitamente xenófobas.

As soluções dadas à crise de 2008 foram os primeiros passos de muitos outros no sentido de aprofundar o neoliberalismo, aumentar o déficit democrático e criar um terreno propício aos novos populismos que identificamos atualmente se fortalecerem.

2.1. A CRISE FINANCEIRA DE 2008 E SEU LEGADO

Como bem enuncia David Harvey, “o dia em que o banco de investimentos Lehman Brothers desabou – em 15 de setembro de 2008 – foi um momento decisivo” (2011: 9). Isso porque, em que pese a crise financeira que abateria o mundo em 2008 já ter sido prevista por prestigiados comentaristas⁵ até mesmo cinco anos antes, e o próprio Estados Unidos vivenciar, à época, uma grande onda de despejos, como ensaio para crise global, foi apenas no final de 2008 que “o resto do mundo, até então relativamente imune, (...) foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA” (2011: 9).

Conforme expuseram Christian Laval e Pierre Dardot (2016: 12), “muitos pensavam, na Europa e nos Estados Unidos, que a crise financeira [de 2008] soara as badaladas finais do neoliberalismo e que seria a vez do “retorno do Estado” e da regulação dos mercados”. De fato o prenúncio de uma era intervencionista exibia seus primeiros contornos: gigantes dos seguros como a AIG tiveram de ser socorridos pelo Estado; instituições de crédito como a Fannie Mae e Freddie Mac foram estatizadas; o governo americano chegou a injetar 700 bilhões de dólares em instituições financeiras consideradas “grandes demais para falir” (Harvey, 2011: 10-12).

Contudo, “crises são essenciais para a reprodução do capitalismo. É no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo que consiste o capitalismo” (Harvey, 2016: 5), e foi exatamente o que se comprovou após 2008. O neoliberalismo, em contrapartida ao seu aparente fim, se radicalizou. “a crise conduziu a seu brutal fortalecimento, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros.” (Laval e Dardot, 2016: 12).

Importante contribuição para elucidar a sistemática da crise financeira 2008 e dos caminhos que o mundo tomaria nos anos subsequentes:

Será que a crise sinaliza, por exemplo, o fim do neoliberalismo de livre-mercado como modelo econômico dominante de desenvolvimento capitalista? A resposta depende do que entendemos com a palavra neoliberalismo. Minha opinião é que se

⁵ Dentre eles o ex-presidente da Federal Reserve Paul Volcker.

refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto. (Harvey, 2011: 15).

Com a crise tomando proporções globais, o neoliberalismo, baseado no corte dos gastos estatais e no apoio a diretrizes pela austeridade, ganhou força ao redor do mundo. À época, a Troika, formada pela aliança entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE), tomou as rédeas da economia global, passando a ditar as diretrizes para o resgate econômico.

A Grécia, a Irlanda e Portugal foram os países que solicitaram formalmente resgate financeiro à Troika, no entanto, sua orientação ideológica se disseminou pela Europa, tendo, inclusive, a Itália aplicado normas pela austeridade pressionada pelo Banco Central Europeu, e, também, a Espanha que recebeu incentivos dos fundos europeus em propósito de reestruturar a banca.

De igual sorte, no início de 2010, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia declararam que “Os Estados-Membros da zona euro tomarão medidas determinadas e coordenadas, caso necessário, para salvaguardar a estabilidade financeira da zona euro no seu conjunto”⁶. A coordenação em prol da austeridade como reestruturação econômica dos Estados se deu por toda Europa e, depois, foi repercutida na América Latina, onde se somou aos problemas domésticos aumentando a insatisfação política na região. (Valente, 2018: 58-59).

Na América Latina, a descontentamento com a política era crescente, como consequência da crise econômica teve-se a alta dos preços das *commodities*, o que impôs fim a um período de benesses em termos de políticas sociais. O Brasil, a Argentina, a Colômbia e o Peru ainda tiveram seus governos dragados por escândalos de corrupção. O processo de desgaste político na região se agravou em 2013, quando diversos países vivenciaram manifestações de rua que representavam o sentimento de indignação que tomava parte expressiva da população.

⁶ Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/20486/115276.pdf> acesso em 09.07.2020

Aproveitando do novo espaço político que se criou, a partir de 2009, “as forças de oposição conservadoras foram se reorganizando e reconquistando terreno em vários países” (Valente, 2018: 60), o que levou, nos anos seguintes, a eleições muito acirradas por toda a América Latina. Na Venezuela, em 2013, Nicolás Maduro venceu com 50,66% dos votos; No Uruguai, em 2014, Tabaré Vázquez venceu com 53,6% dos votos e no Brasil, também em 2014, Dilma Rousseff venceu com 51,64% dos votos.

Com o cenário político se acirrando cada vez mais, os opositores ganhando mais e mais força, o descontentamento com o cenário econômico e os escândalos de corrupção, os governos passaram por uma séria crise de governabilidade, a qual veio a culminar, no Brasil de 2016, na ruptura da ordem institucional com a destituição de Dilma Rousseff (PT). O que não foi inédito para o resto da América Latina, que anos antes viveu as deposições de Manuel Zelaya, em Honduras, em 2009 e de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012. (Valente, 2018)

Necessário pontuar, que lado a lado à crise política que dava seus primeiros passos na América Latina, debates sobre políticas de ajustamento econômico se espalhavam também neste lado do equador. Inicialmente tomando os bastidores do governo e também a opinião pública, a austeridade fiscal foi sendo posta em prática – em maior ou menor nível – na maioria dos países.

Austeridade, nesse sentido, deve ser entendida como políticas que buscam a consolidação fiscal, ou seja, coloca-se em prática medidas em prol de reduzir o déficit fiscal e do nível de dívida governamental em busca de retomar o crescimento econômico. Conforme já elucidado nos parágrafos anteriores, após a crise de 2008, essa foi a receita das principais instituições liberais para o resgate econômico dos países com dificuldade financeira. Em um artigo publicado pelo próprio FMI em sua revista *Finance and Development*⁷, a conclusão é de que as políticas de austeridade falharam gravemente ao redor do globo e de que esse era, desde o início, um “barco furado”.

Inclusive, para os autores – Jonathan Ostry, Prakash Loungani e Davide Furceri – em que pesem os resultados positivos das políticas neoliberais, tais como a expansão do comércio

⁷ *Neoliberalism: Oversold?* (2016), Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm> acesso em 13.07.2020

global, a transferência tecnológica, a consequente redução da pobreza e privatizações de empresas estatais, que para os autores, trouxeram maior eficiência na prestação de serviços, é preciso reconhecer que as políticas de austeridade, além de não demonstrarem efetivo crescimento econômico, aumentaram os níveis de desigualdade social e, mais, que este aumento prejudicou o objetivo principal da agenda, o próprio crescimento econômico. (Ostry, Loungani, Furceri, 2016: 39).

Particularmente, no Brasil, Joaquim Levy, então ministro da economia, implementou as diretrizes de austeridade econômica ainda no segundo mandato do governo Dilma. Tratou-se, inicialmente, de uma tentativa de resposta à deterioração fiscal que passou a imperar no cenário econômico, a qual foi provocada, principalmente, pelas desonerações e pela queda no crescimento.

A agenda era clara, tendo como objetivo a retomada do crescimento econômico, o ajuste das contas públicas recuperaria a confiança no governo e em suas políticas e, com isso, acreditava-se que o setor privado se aqueceria tendo como consequência direta a aceleração da atividade econômica. No entanto, desde o início, a virada para austeridade fracassou. O impacto inflacionário e a retração da atividade econômica, tidos como passageiros, só aumentaram e mesmo com o ajuste levado a cabo – reduziu-se 2,9% do gasto primário federal – as receitas continuaram em queda e o déficit aumentou.

Mesmo com o fracasso do governo Dilma no ajuste fiscal, uma das principais medidas do governo seguinte, a gestão Temer, foi um projeto ainda mais agressivo de reforma fiscal. A Emenda Constitucional 95, aprovada em dois turnos pelo Congresso Nacional, foi promulgada no final de 2016. Vindo a estabelecer, por 20 anos, um teto – de despesas e investimentos públicos – vinculado à inflação. Ou seja, o novo limite de gastos do brasileiro é a soma dos valores gastos no ano anterior com a correção da inflação.

Há de se apontar, dentre vários outros problemas, duas ponderações sobre a forma com que a austeridade foi proposta no Brasil. Primeiramente, que o novo regime fiscal impediu o aumento de gastos públicos conforme o crescimento do país, representando, assim, um arroxos nos serviços sociais, em especial na saúde e na educação. Visto que, conforme estudo da Fundação Friedrich Ebert Stiftung e Brasil Debate:

para que o teto global da despesa seja cumprido, os demais gastos – os quais compreendem desde benefícios sociais como a Bolsa Família, salário de servidores, gastos com ciência e tecnologia, forças armadas, legislativo e judiciário, investimentos em infraestrutura, etc. – precisariam encolher quase pela metade em 10 anos (de 8 % para 4% do PIB ou até 3% do PIB em 20 anos), o que é pouco crível porque comprometeria o funcionamento da máquina pública e inviabilizaria o financiamento de funções estatais básicas. (2018: 50)

E, em outro ponto, inverte-se a lógica estabelecida pela constituição de 1988, na qual a prerrogativa de estabelecer o tamanho do orçamento público é da sociedade através do parlamento. Atualmente, tal prerrogativa inexistente, uma vez que, o novo regime fiscal baseado na inflação acaba por ser definido por uma variável econômica. Ou seja, “Impõe-se uma política de redução do gasto pelo período de duas décadas e a participação democrática no processo orçamentário fica reduzida a meramente delimitar quais gastos e programas serão mais ou menos contidos”. (FES, 2018: 49)

Sendo assim, o Brasil é um dos exemplos de como a política neoliberal advoga para o declínio democrático. Uma vez que, embora não seja o único fator a ser considerado, fato é que, após a crise de 2008, a radicalização das políticas neoliberais confrontaram valores intrínsecos à ideia clássica de democracia. Assim sendo, o aumentou-se a descrença no sistema como forma de conformar a participação e agenda popular, além de evidenciar a sua concepção meramente procedimentalista e estéril.

Portanto, é preciso se encarar o declínio da democracia a nível global através deste contexto histórico, para que possamos encarar o que vivemos hoje em dia como consequência de um nível de confiança político cada vez mais baixo, contradições no próprio sistema cada vez mais altas e a fácil conclusão de que o sistema democrático liberal vem se eximindo de satisfazer direitos fundamentais e diretrizes clássicas da democracia. Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos:

Desde a década de 1980– à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro–, o mundo tem vivido em permanente estado de crise.(...) quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos factores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. (Santos, 2020)

3. DADOS IMPORTANTES SOBRE O DÉFICIT DEMOCRÁTICO GLOBAL

A ‘terceira onda’ de democratização, conforme cunhou Samuel P. Huntington (1991), compõe a história recente da democracia atual. Tem-se, neste período, a maior expansão da democracia ao redor do globo, a queda do Muro de Berlim no final de 1989 e a consequente desintegração da União Soviética em 1991 culminaram em transições democráticas primeiramente no sul da Europa e na América Latina, as quais foram seguidas pelo Leste Europeu e pela África Subsaariana.

A democracia teve, nesta época, uma trajetória global extraordinária, “quando se iniciou a terceira onda, em 1974, a porcentagem de Estados que preenchiam as diretrizes de uma democracia eleitoral era de apenas 30%” (Diamond, 2015: 141-142)⁸, já em 2006 essa porcentagem chega a dobrar, aproximando-se de 60% de todos os Estado. No entanto, em contrapartida à notável expansão da democracia nestas três décadas, por volta de 2006, os índices de liberdade e de democracia estagnaram globalmente, inclusive, desde então, a média global de liberdade no mundo tem se deteriorado. (Fukuyama, 2015).

3.1. OS ÍNDICES DE LIBERDADE E DEMOCRACIA

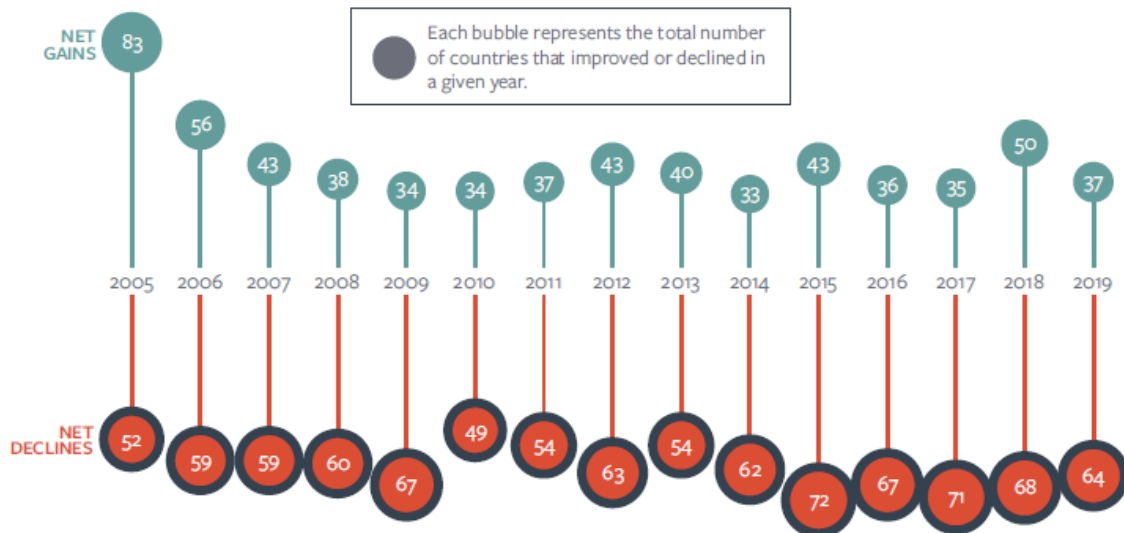
É nesse mesmo sentido, que o relatório mais atual da *Freedom House*⁹ aponta. Intitulado de “uma luta sem líder pela democracia”, o relatório busca demonstrar os declínios e os avanços democráticos em escala global. A versão de 2020 indica os declínios democráticos superando seus avanços na última década. (*Freedom House*, 2020, 2)

⁸ Tradução própria “When the third wave began in 1974, only about 30 percent of the world’s independent states met the criteria of electoral democracy —a system in which citizens, through universal suffrage, can choose and replace their leaders in regular, free, fair, and meaningful elections.”

⁹ Fundada em 1941, é uma organização americana que busca promover e pesquisar a democracia e a liberdade civil globalmente. Anualmente divulga uma edição do *Freedom in the World*, um relatório avalia os direitos políticos e as liberdades civis em 195 países. Após a análise de 25 indicadores (metodologia derivada da Declaração Universal dos Direitos Humanos), atribui ao país o status de “livre”, “parcialmente livre” ou “não livre”. (*Freedom House*, 2020: 33)

14 YEARS OF DEMOCRATIC DECLINE

Countries with net declines in their aggregate *Freedom in the World* score have outnumbered those with gains for the past 14 years.



(Freedom House, 2020)

O gráfico acima aponta que, no último ano, enquanto 37 países registraram ganhos democráticos, 64 países sofreram retrocessos quando avaliados em suas liberdades civis e seus direitos políticos. Ademais, 2019 firma-se como o décimo quarto ano consecutivo de declínio democrático, tendo os anos mais recentes os maiores índices de retrocesso. Além disso, o relatório assinala que a porcentagem de países livres entre 2009 e 2019 caiu de 45,9% para 42,6%, enquanto a porcentagem de países não livres aumentou de 24,2% para 25,1%. (Freedom House, 2020: 6)

Mesmo com outra abordagem, Larry Diamond (2015) faz o mesmo alerta, acrescentando que, além da recessão moderada – no entanto, prolongada – dos níveis democráticos globais, identificou que uma taxa de 16% das democracias do mundo entraram em colapso entre 2004 e 2014. Como colapso, ele elucida que tratam-se de sistemas democráticos que sofreram não só golpes militares ou executivos, mas também degradações de seus procedimentos democráticos.

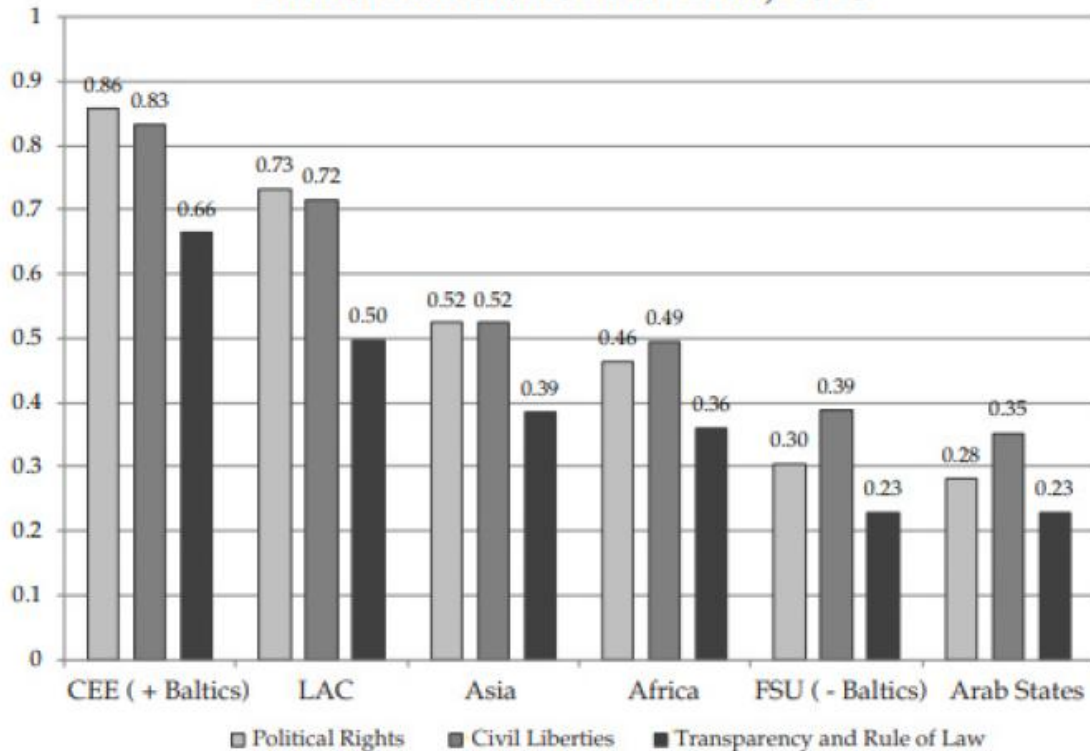
O recuo nos índices democráticos também foi verificado em um estudo do *The Economist*. O relatório – *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index*¹⁰, publicado anualmente, encontrou na sua edição mais recente (2019) o seu pior resultado desde a primeira edição, em 2006. Foi notada queda em quatro das cinco categorias que são medidas pelo *Democracy Index*, quais sejam o processo eleitoral e o pluralismo; cultura política, o próprio funcionamento do governo e as liberdades civis. No mais, vale a ressalva, que em 2019, a região que teve a pior performance em termos de índices democráticos foi a América Latina. (EIU, 2019: 5)

Ademais, interessante analisar os relatórios do *Democracy Index* de 2008 juntamente com a atualização de 2019, pois – em comparação – a hipótese de estarmos vivendo uma recessão democrática fica mais alarmante, uma vez que, em 2008 o relatório classificou 30 países como democracias plenas fato que representaria 14,4% da população mundial, já em 2019 esse número cai para 22 países e apenas 5,7% da população mundial. (EIU, 2008a,2019) Digno de nota é o aumento do número de democracias imperfeitas, inclusive a queda de classificação dos Estados Unidos de democracia plena para democracia imperfeita trouxe ainda mais evidencia ao tema.

Necessário assinalar a contribuição de Larry Diamond (2015) sobre o tema, para ele uma das principais questões para se analisar o motivo do declínio dos índices de liberdade e de democracia em tantos países é a má governança. Inclusive, em busca de confirmar empiricamente tal afirmação, Diamond traçou uma análise paralela à análise da *Freedom House*, valendo-se dos mesmos índices de direitos políticos e liberdades civis, ele criou uma terceira escala, na qual pontuou os Estados de acordo com seus níveis de transparência e respeito ao “*rule-of-law*”. O resultado foi ainda mais alarmante, uma vez que todas as regiões do mundo performam pior quando avaliadas em sua governança.

¹⁰ Relatório divulgado anualmente pelo grupo britânico *The Economist Intelligence Unit (EIU)* com a intenção de mensurar os níveis de democracia em 167 Estados. Sua análise categoriza os países em democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos e regimes autoritários e, para tanto, perpassa cinco eixos principais: processo eleitoral e pluralismo liberdades civis, cultura política, participação política e o funcionamento dos governos.

**FIGURE 3—POLITICAL RIGHTS, CIVIL LIBERTIES, AND
TRANSPARENCY/RULE OF LAW, 2013**



Source: Freedom House raw data for *Freedom in the World*, 2013.

(Diamond, 2015: 22)

Fukuyama (2015) somou ao presente debate apresentando a hipótese de que os retrocessos democráticos atuais, em muito, estariam relacionados com a incapacidade de institucionalização dos Estados que passaram pelas suas transições democráticas. Isto é, “o fato de que a capacidade do Estado em muitas democracias jovens e consolidadas não acompanhou as demandas populares por *accountability* democrática¹¹” (Fukuyama, 2015: 49).

Para o autor, o estabelecimento de Estados modernos e bem governados seria a maior dificuldade encontrada pelas democracias atuais, principalmente, porque a transição deve se basear na mudança de lógica do Estado, ou seja, mais do que ir de um regime autoritário para um regime com eleições regulares e livres, é preciso ir de uma lógica patrimonialista para uma lógica não pessoal.

¹¹ Para o autor a *accountability* democrática seria a “busca garantir que o governo aja de acordo com os interesses de toda a comunidade, em vez de simplesmente de acordo com o interesse dos governantes. Geralmente é alcançada por meio de procedimentos como eleições livres e justas envolvendo múltiplos partidos, embora uma *accountability* processual nem sempre corresponda a uma *accountability* substantiva.” (Fukuyama, 2015: 49)

Neste íterim, tal obstáculo se alia ao fraco desempenho econômico e à escalada da desigualdade vindo a aumentar os problemas com abuso de poder, aparelhamento das eleições e violações das regras democráticas. (Diamond, 2015: 21)

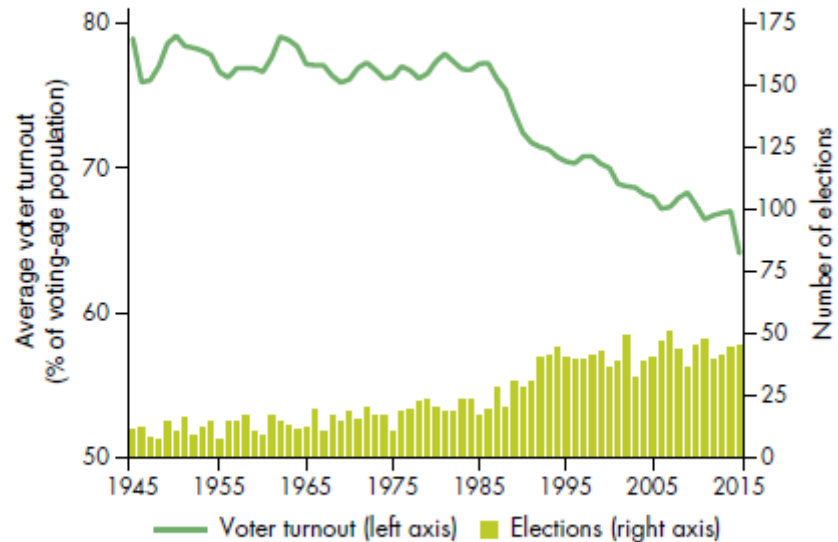
3.2. OS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E CONFIANÇA POLÍTICA

Além disso, outro sintoma do déficit democrático a ser considerado é o declínio nos índices de confiança política e, conseqüentemente, nos índices de participação eleitoral. A diminuição do comparecimento eleitoral a nível global foi alertada pelo Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) que chegou a constatar que o comparecimento eleitoral pós segunda guerra até meados de 1980 se manteve estável, oscilando entre 78% e 76%. No entanto, “foi apenas a partir dos anos 1990 que essa média caiu abruptamente para 70% e continuou a declinar até atingir 66% no período de 2011-15”. (IDEA, 2016: 24)

No mesmo sentido, o Banco Mundial coletou as mesmas informações, indicando ainda que os dados se tornam ainda mais alarmantes quando comparados com o significativo aumento da realização de eleições parlamentares. Isto é, com o início da terceira onda de democratização e a dissolução da URSS, os ideais da democracia representativa liberal vieram a ser difundidos pelo globo como o novo paradigma dominante, no entanto, é neste mesmo período que a participação política tem o início de sua queda generalizada, vindo a afetar desde democracias já consolidadas no continente europeu, as quais sofreram um declínio de 10%, até países pós-soviéticos, os quais experimentaram uma queda na participação eleitoral de 20% (IDEA, 2016: 25).

Nesse sentido, a representação gráfica abaixo, a qual foi veiculada pelo Banco Mundial em seu relatório *Governance and the Law* (2017), aponta não apenas para a queda significativa da participação eleitoral, mas também para o aumento das eleições, fato que elevaria o risco de distorção das preferências políticas de um povo.

Figure 8.4 Voter turnout worldwide from 1945 to 2015 indicates unequal citizen participation and the risk of biased representation of policy preferences



Source: WDR 2017 team, using data from International IDEA, Voter Turnout Database, various years.

Note: The line refers to average voter turnout using locally weighted smoothing, while the bars indicate absolute number of elections in a given year.

(Banco Mundial, 2017: 228)

É preciso pontuar que o exercício do voto nas democracias representativas liberais extravasa o conceito meramente procedimental, a própria noção de participação política está a ele vinculado, por isso, a mera realização de eleições formais não basta para nutrir a legitimidade política em um país. Assim sendo, uma queda na assiduidade eleitoral é repercutida na confiança do povo em seu processo eleitoral e em suas instituições. Conforme alertam Stefan Foa e Yasha Mounk (2016), “a vitalidade de uma democracia depende não apenas da crença em valores políticos essenciais como direitos civis, mas também da participação ativa de uma cidadania informada”. (2016: 15)

O estudo do Banco Mundial acrescenta mais um viés ao debate, ao notar que “o espaço para o efetivo engajamento dos cidadãos é comprometido pela percepção que, em média, a qualidade do processo eleitoral vem se deteriorando globalmente.”¹² (Banco Mundial, 2017: 226/227) Isto é, a desconfiança da população no sistema eleitoral reflete no desestímulo crescente para a participação eleitoral.

¹² Tradução Própria “the space for effective citizen engagement is compromised by the perception that, on average, the quality of the electoral process is declining worldwide

Para os autores Stefan Foa e Yascha Mounk (2016) a deterioração dos índices democráticos e o aumento na desconfiança às instituições políticas não só poderiam ser identificados na baixa assiduidade eleitoral, mas também na diminuição da participação política e na diminuição do apoio à própria democracia como ideal. O fenômeno foi por eles chamado de “desconsolidação democrática”. Seu estudo em *“The Democratic Disconnect”* buscou correlacionar três tendências concomitantes avaliadas entre 1995 e 2014, são elas: a crescente avaliação negativa da democracia, a apatia quanto às suas perspectivas de sua melhora através da participação política do povo e o aumento da preferência a regimes não democráticos.

O estudo buscando entender o motivo da queda dos níveis de apoio à democracia identificou que tanto na Europa Ocidental como na América do Norte, os jovens atuais estão menos engajados politicamente que seus pais ou avós, em se tratando de formas tradicionais de participação, a exemplo, filiar-se a partidos políticos, e, também em se tratando de atividades menos convencionais como protestos políticos ou movimentos de contestação. Além disso, o estudo identificou um crescente apoio a movimentos antissistema e alternativas não democráticas. Para tanto, alertou que:

Cidadãos de democracias estão cada vez menos satisfeitos com suas instituições; estão cada vez mais dispostos a abandonar instituições e normas tradicionalmente vistas como componentes essenciais da democracia; e sentem-se cada vez mais atraídos por formas alternativas de regime. (Foa e Mounk, 2016: 18)

É preciso notar que mesmo aqueles cidadãos que vivem em democracias tidas como consolidadas estão cada vez mais tomados por um cinismo quanto ao valor da democracia como sistema político, e por uma desesperança quanto a sua influência sobre as políticas públicas e, como resultado, estão mais propensos a apoiar alternativas autoritárias. (Foa, Mounk, 2016)

Cabe ressaltar que a situação no Brasil é ainda mais grave. A sensação é de descrença geral para com instituições chaves para o desenvolvimento do sistema representativo democrático. De acordo com um estudo executado pelo instituto de pesquisa Datafolha¹³ em

¹³ Data Folha: Grau de Confiança nas Instituições: PO813964, 06 e 07.06.2018, disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/06/15/e262facbdfa832a4b9d2d92594ba36eeci.pdf>. Acesso em 20/10/2020

junho de 2018, 67% dos entrevistados afirmaram sua não confiança para com o Congresso Nacional, 64% afirmaram a mesma desconfiança para com a Presidência da República.

A discussão sobre uma queda profunda nos níveis de confiança democrática é ainda mais urgente, quando comparados os índices atuais com os índices menos recentes. Em pesquisa similar pelo Datafolha¹⁴ em 2014, a confiança no Congresso Nacional era de 43% enquanto que na Presidência da República era de 81%.

No relatório mais recente do Latinobarômetro¹⁵ (2018), 46,9% dos entrevistados afirmaram não ter nenhuma confiança no Congresso Nacional, enquanto 37,5% afirmaram ter pouca confiança na instituição. Já em relação à confiança no poder executivo, 59,3% não tem nenhuma confiança, enquanto 32,6% afirmam ter pouca confiança. E, por fim, a confiança nos partidos políticos é pífia, chegando à porcentagem de 66,5% de nenhuma confiança e 25,7% de pouca confiança.

Ainda em relação ao levantamento do Latinobarômetro, na América Latina, em 2008, 59,4% dos entrevistados afirmaram preferir o modelo democrático a qualquer outra forma de governo. No entanto, dez anos depois essa porcentagem cai para 47,8%. No Brasil, a maior queda ocorre após o impeachment de Dilma Rousseff. Em 2015, 54,4% dos entrevistados afirmavam preferirem a democracia a qualquer outra forma de governo, já em 2016, essa porcentagem cai bruscamente para apenas 32,4%.

Desta forma, importante notar que a insatisfação do povo com os rumos que a democracia e seus poderes tomaram é crescente, evidenciando neste caso uma crise na representação política que ocorre nas democracias liberais ao redor do mundo.

4. O TRIUNFO DO NEOLIBERALISMO

¹⁴ Data Folha: Intenção de voto presidente 2014 Avaliação das instituições. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/int_voto_presidente2014_avaliacao_inst_14122012.pdf Acesso em 20/10/2020

¹⁵ Corporação chilena sem fins lucrativos, fundada em 1995, como projeto de distribuição de dados pesquisa a América Latina em diversos campos como a Democracia, as Instituições, a Economia, dentre outros. Disponível em <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp> Acesso em 03/08/2020

Em 1989, Francis Fukuyama publicava, quem sabe o seu mais polêmico ensaio, na revista *National Interest*. O ensaio, que posteriormente se tornaria um livro, buscava discutir em termos de futurologia qual seria o futuro do mundo após o fim da Guerra Fria.

Em o Fim da História e o Último Homem (1992), Fukuyama, retomando as ideias hegelianas da teoria do progresso da civilização, acreditava que o liberalismo ocidental havia conseguido, enfim, se afirmar como a única via possível. O fim da história seria, portanto, o fim da inovação ideológica da civilização. Com a queda do socialismo soviético e o triunfo da democracia ocidental parecia que a disputa ideológica tinha acabado. (Wilson e Swyngedouw, 2014).

Sendo assim, com o fim da história, surge um estado liberal forte o suficiente para se afirmar globalmente. No entanto, não mais bastava o liberalismo econômico clássico, a *laissez-faire* não era o bastante, foi preciso criar meios viáveis para uma forma radicalizada de livre mercado. Sendo assim, essa mudança de concepção da atuação estatal é imprescindível para a diferenciação do neoliberalismo do liberalismo clássico.

O neoliberalismo requer mais do estado, a desregulação por si só é muito branda, o estado deve advogar pelo mercado, promovendo meios viáveis para a sua expansão, desta forma, as legislações e até mesmo os arranjos institucionais devem prover pelo livre comércio e pela expansão do mercado. Sendo assim, a ideia inicial do liberalismo clássico de que o mercado é um estado natural da sociedade se molda para acrescentar que os meios para evolução desse mercado a nível global devem ser criados artificialmente pela atuação estatal.

A importância desta transição na ideologia liberal se evidencia pela conformação desses valores através das instituições da democracia representativa. O mercado internacional passa a ditar exigências e valores para a competição maximizada, torna-se imprescindível que as políticas de Estado sejam favoráveis ao mercado. É neste ponto central que reside a crítica à prática democrática como ferramenta para o mercado, ou seja, um potencial institucionalizado meramente formal.

A democracia liberal não pode ser submetida a uma governamentalidade política neoliberal e sobreviver. Não há nada nas instituições básicas da democracia liberal – desde eleições livres, democracia representativa, e liberdade individuais distribuídas equitativamente até formas simples de partilha de poder (*power-sharing*) ou mesmo

mais participação política substantiva – que inerentemente atendam à dinâmica de competitividade econômica.¹⁶ (Brown, 2005: 46)

No entanto, em que pese à definição de neoliberalismo se formar conceptualmente em volta da noção econômica do pensamento liberal, o projeto neoliberal não é tão reducionista a ponto de ser apenas um conjunto de práticas econômicas, é preciso que se encare o que Wendy Brown (2005) chamou de racionalidade neoliberal existente neste fenômeno.

4.1. A RACIONALIDADE NEOLIBERAL COMO NOVO PARADIGMA

Antes de tudo, faz-se necessário que se encare a escalada do neoliberalismo a paradigma hegemônico não apenas como a mudança das políticas monetárias dos Estados em pró do livre mercado, mas sim como a refundação da lógica e Estado e também da sociedade.

O neoliberalismo carrega em si uma análise social que, quando implementada como forma de governamentalidade, alcança desde a subjetividade dos cidadãos até a política educacional e as práticas de Estado. A racionalidade neoliberal, enquanto coloca o mercado antes de tudo, não esta apenas focando primariamente na economia, isso envolve expandir e disseminar os valores de mercado para todas as instituições e ações sociais.¹⁷ (Brown, 2005: 39/40)

O calculo genérico de custo e benefícios se torna a medida para todas as práticas estatais, até mesmo o discurso político não sai ileso, sendo, de igual sorte estruturado pela lógica empresarial. Os contornos são tão profundos que não é suficiente que o Estado se preocupe com o bom funcionamento do mercado e da atividade econômica, mas deve pensar e se comportar com a lógica do mercado, isso se estende para todas as suas funções, até mesmo o direito. (Brown, 2005: 42)

Ainda neste sentido, ressalta-se que quando o Estado intervém no mercado a fim de expandi-lo em conformidade com o que preza o comércio internacional, o Estado esta, na verdade, se submetendo ao mercado disponibilizando o seu próprio aparato funcional e este é

¹⁶ Tradução Própria “Liberal democracy cannot be submitted to neoliberal political governmentality and survive. There is nothing in liberal democracy’s basic institutions or values—from free elections, representative democracy, and individual liberties equally distributed to modest power-sharing or even more substantive political participation—that inherently meets the test of serving economic competitiveness or inherently withstands a cost-benefit analysis.” (Brown, 2005: 46)

¹⁷ Tradução própria “neoliberalism carries a social analysis that, when deployed as a form of governmentality, reaches from the soul of the citizen-subject to education policy to practices of empire. Neoliberal rationality, while foregrounding the market, is not only or even primarily focused on the economy; it involves extending and disseminating market values to all institutions and social action”

o aspecto subjetivo do neocapitalismo, a sua capacidade de mercantilizar não só o Estado e suas políticas, mas sim a própria vida daqueles que ali residem, em razão das políticas de Estado e da conformação da vida em sociedade.

Isso porque, o mercado e o seu bom funcionamento tornam-se um aspecto regulador do Estado e da sociedade. Inclusive, o próprio Estado não mais se legitima em vista da sua missão histórica, mas sim através do crescimento econômico.

Não que o mercado em si seja sempre preferível à gestão pública; o fato é que se supõe que os “fracassos do Estado” são mais prejudiciais que os do mercado. E também porque se considera que as tecnologias do management privado são remédios mais eficazes contra os problemas causados pela gestão administrativa do que as regras do direito público. Desse ponto de vista, o exemplo britânico é notável. Como frisam Jack Hayward e Rudolf Klein, o que começou como retorno a uma opinião que lembrava o século XVIII, segundo a qual “governar melhor significa governar menos”, tornou-se cada vez mais uma busca por eficácia gerencial baseada na substituição dos métodos da administração pública por aqueles das empresas privadas (embora pouco renomadas por sua eficácia na Grã-Bretanha). (Laval e Dardot, 2016: 282)

A conformação dessa mudança de paradigma torna-se de tamanha relevância a ponto de interferir na atuação da soberania popular, isso porque “a governança não é mais decidida pela vontade soberana dos Estados em nome do bem-estar da população, mas pela competição de mercado em nome da liberalização do comércio” (Esposito, 2014: 147). Dito de outra forma, a concepção da democracia como mero procedimento se evidencia à medida que a autoridade do governo passa a estar alinhada com o desenvolvimento da economia e do mercado. Veja que, ao trabalhar para a saúde e crescimento do mercado, o estado estaria trabalhando pela sua própria legitimação.

Para além da refundação intelectual do Estado, é preciso que se ressalte a mudança epistemológica que ocorre quanto à subjetividade dos indivíduos. Inaugura-se, desta forma, o “cidadão empresário de si mesmo”, como levantam Laval e Dardot (2016: 309) “é a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada”. A racionalidade neoliberal busca estender o modelo empresarial a todas as esferas sociais, e, como consequência lógica, tem-se a reorganização dos processos sociais e institucionais segundo o ‘modos operandi’ mercadológico.

Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos

sujeitos. O homem benthamiano era o homem calculador do mercado e o homem produtivo das organizações industriais. O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial. (Laval e Dardot, 2016: 317)

Ainda mais alarmante notar como essa relação autofágica do sujeito neoliberal com o neoliberalista que o gere, isto é, com seu governante, o qual esta ali para garantir o bom funcionamento da “jaula de aço” da economia capitalista conforme denominado por Weber.

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: “Economics are the method. The object is to change the soul” [A economia é o método. O objetivo é mudar a alma] (Laval e Dardot, 2016: 325)

Desta forma, é notória a agenda política do neoliberalismo através da construção de uma racionalidade complexa que busca moldar, de igual sorte, os sujeitos sociais e as instituições políticas.

Interessante acrescentar a essa elucubração, importante pilar da racionalidade neoliberal: a sua tecnoestrutura, isto é um aparato de funcionamento do Estado baseado e respaldado pelo conhecimento tecnocrático.

Max Weber (1919, 1979) utilizou o termo ‘desencantamento do mundo’ para denominar o processo histórico que se deu com as civilizações ocidentais, para o autor tratar-se-ia da eliminação da magia e no encanto como formas de explicar a sociedade e fenômenos naturais. Tal fenômeno ocorreu quando os discursos místicos foram substituídos pelo conhecimento científico, o próprio estágio civilizatório passou a ser marcado pelo conhecimento técnico e empírico, isso porque, na concepção weberiana “o mundo tende inexoravelmente à racionalização em todas as esferas da vida social” (Barbosa e Quintaneiro, 2009: 130).

Ressalta-se, por fim, que a correlação entre o sistema neoliberal e a toada mecanicista do fazer político estão interligados ao ponto em que a resolução economicista da esfera pública se torna agente para o esvaziamento do que lhes é mais inato. Isto é, dragar o processo político para a lógica mercadológica, na qual os cálculos econômicos ditam as regras, é atuar pela despolitização da sua essência. Como bem pontuam Madra e Adaman (2013), a

governança econômica seria irremediavelmente uma questão de conhecimento técnico e não fruto de escolhas políticas.

5. CHANTAL MOUFFE E A LÓGICA DO CONSENSO

Acrescenta-se a presente discussão o que se costumou chamar de ‘lógica do consenso’ (Rancière, 2004; Mouffe, 2005, 2009, 2013; Swyngedouw e Wilson, 2014). Com o término da Guerra Fria a democracia liberal e a economia de mercado passaram a serem vistas como a forma mais capaz de embasar a organização social. É preciso notar que “o ‘fim da história’ também foi declarado como ‘o fim da ideologia’ e até como ‘o fim da política.’” (Swyngedouw e Wilson, 2014: 7) Sendo assim, através de qualquer um dos sentidos de ‘fim’ há uma noção de certeza, de que esse fenômeno se realizaria exatamente dessa forma.

Ocorre que, comprovou-se posteriormente que o “fim da história” não foi efetivamente a superação definitiva de outras narrativas ideológicas, mas tão só a consolidação do neoliberalismo como racionalidade hegemônica. No entanto, é preciso que se retome o que esse fenômeno gerou. Swyngedouw e Wilson (2014) chamaram de “crise do imaginário político da esquerda”, que para os autores é a impossibilidade da esquerda pensar outras vias possíveis se não a ordem hegemônica já constituída. Nesse sentido os autores retomam Žižek:

A derrota da alternativa comunista significou uma crise do imaginário político da Esquerda, da qual ainda essa não se recuperou. Conforme Žižek observou ‘a forma ideologicamente hermética predominante hoje nos leva a uma específica forma de bloqueio mental que nos impede de imaginar uma mudança social estrutural, em busca de uma atitude ‘realista’ e ‘madura’ (Žižek 200: 324). (Swyngedouw, Wilson, 2014: 8).¹⁸

Neste sentido porém Chantal Mouffe (2009) dispõe sobre a necessidade de superarmos como sociedade essa forma ideologicamente hermética, uma vez que o embate político seria essencial para o bom funcionamento democrático:

As práticas de articulação através das quais uma determinada ordem é criada e o significado das instituições sociais é fixo, e são o que chamamos de “práticas hegemônicas”. Toda ordem é a articulação temporária e precária de práticas

¹⁸ Tradução Própria “The defeat of actually existing communism signified a crisis of the political imaginary of the Left, from which it has yet to recover. As Žižek has observed, ‘today’s predominant form of ideological “closure” takes the precise form of a mental block which prevents us from imagining a fundamental social change, in the interests of a “realistic” and “mature” attitude’ (Žižek 2000: 324).”

contingentes. As coisas sempre poderiam ser diferentes e toda ordem é baseada na exclusão de outras possibilidades. É sempre a expressão de uma configuração particular de relações de poder. O que em um dado momento é aceito como a ordem “natural”, juntamente com o senso comum que a acompanha, é o resultado de práticas hegemônicas sedimentadas; nunca é a manifestação de uma objetividade mais profunda que seria exterior às práticas que os trouxe à existência. Toda ordem, portanto, é suscetível de ser desafiada por práticas contra-hegemônicas que tentam desarticulá-la para instalar outra forma de hegemonia. (Mouffe, 2009: 143)

Sendo assim, baseando-se no arcabouço teórico de Mouffe (2005, 2009, 2013), a ‘lógica do consenso’ não é o estado natural da sociedade ou da política, neste sentido compreende-se que existe uma dimensão antagonônica inerente à política e às sociedades. Para tanto, a autora busca conceituar ‘o político’ e ‘política’.

“o político” refere-se à dimensão do antagonismo que pode assumir muitas formas e pode emergir em diversas relações sociais, uma dimensão que nunca pode ser erradicada “política” refere-se ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitantes porque são afetadas pela dimensão do “político. (Mouffe, 2009: 143-144)

Desta forma, o confronto de posições política democráticas é requisito essencial para que uma democracia esteja plenamente funcionando. Isso porque, se esse confronto aparentemente não existir há o risco de que a discussão democrática de lugar a um embate entre valores moralizantes ou até mesmo formas essencialistas de identificação. Mouffe (2013: 21) ainda enfatiza que uma sociedade democrática liberal exige que haja a discussão sobre as alternativas possíveis, uma vez que a busca pelo consenso leva à apatia política. Rancière vai mais longe, para ele o processo de despolitização é resultado da reconfiguração do campo da política através da busca pelo consenso:

Consenso significa muito mais que a ideia e prática razoável de resolução de conflitos políticos por formas de negociação e acordo, e atribuição a cada partido a melhor parte compatível com os interesses dos outros partidos. Significa a tentativa de se livrar da política, expulsando os sujeitos excedentes, substituindo-os por parceiros reais, grupos sociais, grupos identitários, e assim por diante. Correspondentemente, os conflitos são transformados em problemas que precisam ser resolvidos por especialistas e por um ajuste negociado de interesses. Consenso significa fechar os espaços do dissenso pela conexão dos intervalos e conserto das possíveis lacunas entre aparência e realidade ou lei e fato. (Rancière, 2004: 432)

Por esse prisma, o embate acerca dos temas políticos, de alternativas diferentes para o futuro ou até o confronto de princípios éticos não são combustíveis para desestabilização social, mas sim requisitos necessários para o fortalecimento da democracia em si mesma. Percebe-se então, que ao reduzir as diferenças político-ideológicas a uma lógica de

homogeneidade elimina-se, de igual sorte, a essencial conflitual da vida comum e, assim sendo, a política do consenso não é capaz de pacificar e superar os conflitos identitários e sociais presentes na sociedade.

Para Mouffe (2000a) o antagonismo, e o poder são constitutivos das relações sociais e negá-los através de um modelo político que não os apreende, isso é através de um modelo de democracia que não é capaz de apreender a natureza do político, tende-se a notar o domínio da moralidade.

Um dos defeitos da abordagem deliberativa é que, ao postular a disponibilidade de uma esfera pública em que o poder teria sido eliminado e onde um consenso racional poderia ser produzido, este modelo de política democrática é incapaz de reconhecer a dimensão do antagonismo e seu caráter inerradicável, que decorre do pluralismo de valores. Eis o motivo por que esse modelo está fadado a menosprezar a especificidade do político, vislumbrado assim como um domínio particular da moralidade. A democracia deliberativa provê uma boa ilustração do que Schmitt expressou sobre o pensamento liberal: “De um modo muito sistemático, o pensamento liberal evade ou ignora o Estado e a política e manifesta-se, ao invés disso, em termos de uma típica e sempre recorrente polaridade de duas esferas heterogêneas, sabidamente a ética e a economia” (SCHMITT, 1976, p. 70). De fato, ao modelo agregativo, inspirado pela economia, a única alternativa que os democratas deliberativos podem opor é uma que reduz a política à ética.. (Mouffe, 2000^a: 19)

No mais, ressalta-se que a lógica do consenso opera importante papel na manutenção da hegemonia neoliberal, de tal forma que é apresentada como grande trunfo da democracia representativa liberal, isto é, como forma plural e integrativa de se fazer política, ainda que, conforme apresentado anteriormente, diversos índices indiquem números cada vez menores de confiança e participação política.

Nesse sentido, a lógica do consenso é uma das formas de promover a própria racionalidade neoliberal, a busca pelo consenso passa por diversos âmbitos da governança, sejam os assuntos econômicos até assuntos de direitos humanos. Cediço perceber que através do próprio discurso neoliberal podemos identificar essa busca pelo consenso, inclusive com conceitos dominantes utilizados pela sua racionalidade, dentre eles, a “governança não-partidária” (Mouffe, 2002: 181).

Ademais, resta-nos notar que o discurso neoliberal se articula de tal sorte a blindar-se das próprias falhas que o sistema acaba por ocasionar. Isto é, o dogma neoliberal hegemônico torna-se em si mesmo um “contra-paradigma”, uma vez que, juntamente com uma carga de

moralismo oferece como via possível o “desenvolvimento sustentável” ou até a queda dos índices de pobreza, no entanto dificilmente essa “alternativa possível” chega a desafiar o que é prescrito pela política neoliberal. É mais uma relação de paralelidade do que propriamente oposição (Chossudovsky, 1999: 34). Nesse sentido, avança-se na discussão ao identificarmos a lógica do consenso como engrenagem ideológica para a despolitização.

Isso porque, na medida em que o dissenso é suprimido, ‘o político’ também é suprimido, tornando a prática democrática mero mecanismo de reprodução dos princípios hegemônicos, e os indivíduos mera massa a serem levados para um ou outro lado a partir da ideia de consenso, em outras palavras os indivíduos são impedidos de escolherem entre vias políticas possíveis e, por não escolherem o processo democrático é praticamente inexistente, uma vez que advoga para a própria ordem hegemônica.

6. A DESPOLITIZAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

Inicialmente, faz-se necessário definir o que se entende no presente trabalho por ‘esfera pública’. Utilizaremos o conceito clássico definido por Habermas (1962) no qual “a esfera pública é uma arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas, o que é necessário para a efetiva participação democrática e para o processo democrático.” (Giddens e Sutton, 2015: 219).

Sendo assim, a despolitização da esfera pública seria a transformação desse espaço, do espaço propício para o próprio processo democrático. Madra e Adaman (2013: 692) acreditam que a racionalidade neoliberal “forja uma mudança epistemológica no nível da subjetividade social: como projeto, visa transformar a maneira com que os indivíduos se relacionam entre si e com o meio. Deste modo, gerando, potencialmente, uma mudança no ser social.”¹⁹

Além disso, os autores pontuam que essa forma de despolitização através do economicismo contribui para silenciar as tentativas de repensar a própria organização das

¹⁹ Tradução Própria “Neoliberalism forges an epistemic shift at the level of social subjectivity: as a project, it aims to transform the way individuals relate to one another and their environments, thereby potentially generating a change in social being.”

práticas econômicas, e atitudes necessárias para romper com ciclos de austeridade e radicalização do capitalismo.

Há que se pensar, de igual sorte, que esse trabalho não procura atribuir o fenômeno da despolitização inteiramente a experiência neoliberal, conforme enunciou Jacques Rancière, “a despolitização é a tarefa mais antiga da política” (1995: 19). O que se busca, no presente capítulo, é identificar como a hegemonia do neoliberalismo atuou como agente despolitizante em suas práticas e discursos.

A um nível sistêmico é possível correlacionar a forma com que a racionalidade política hegemônica contribuiu para a ascensão da pós-política e para o declínio da eficiência política da esfera pública, refletindo, dessa forma, diretamente nos índices de confiança e participação política.

Custa ressaltar que a despolitização ocorre como a nova forma de se fazer política. A qual se funda através da neutralização das forças insurgentes da sociedade através da própria modificação da subjetividade social e, de igual forma, do esvaziamento das vias possíveis para um processo democrático emancipatório. Conforme conceitua Schedler (1977) o conceito de antipolítica envolve a despolitização como um todo, como forma de projeto, primeiro é preciso banir a política da esfera pública e em um segundo momento é preciso colonizar a política, isto é, impor a sua racionalidade como racionalidade da própria política como forma de alienação.

6.2. A SALA DE MÁQUINAS DA DESPOLITIZAÇÃO

Neste ponto, é necessário identificar como se opera a despolitização. A racionalidade neoliberal é formada por um sistema de narrativas e discursos de tal forma que possibilitam a sua própria expansão. Sendo assim, a neutralização das insurgências contra hegemônicas não acontece de forma violenta ou de forma a tornar o caminho à politização mais dificultoso, mas sim, de forma modificar o *ethos* social. Isto é, o esvaziamento da esfera pública e a mudança de paradigma do sujeito político tornam os assuntos públicos desinteressantes para a população (Flinders e Wood, 2004: 138).

No mais, reitera-se que a racionalidade neoliberal conta com a adesão consensual de sua lógica pela sociedade, veja-se que o consentimento neste âmbito é a maior engrenagem deste mecanismo, sendo esse um dos motivos para que medidas impopulares para radicalização do capitalismo, para diminuição dos direitos dos trabalhadores e para austeridade econômica sejam tomadas sem maiores cataclismos sociais, isto é, sem que as forças insurgentes sejam robustas a ponto de barrar tais projetos.

Para aprofundar essa noção de adesão consensual pela sociedade da racionalidade neoliberal retoma-se o conceito de hegemonia de Gramsci (1971). Para hegemonia gramsciana é exigido o consentimento. Assim sendo, as estruturas de poder e autoridade que aqui estamos expondo são conhecidas pela sociedade, mas são aceitas como legítimas e naturais, sendo assim, a própria sociedade permite que elas operem. Nesse sentido, Luiz Filgueiras sobre a hegemonia do neoliberalismo.

aclamado de forma dominante nas academias e demais centros de produção de conhecimento, foi vulgarizado para o grande público, com apoio e influência decisivos da mídia. Os seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de se pensar a vida sem sociedade [...]. (Filgueiras, 2000: 43)

A racionalidade neoliberal é o que embasa certas práticas que tem um potencial despolitizante para a esfera pública. Ou seja, com a refundação do Estado, do modo como a sociedade se relaciona e a própria concepção política do ser (Brow, 2005) o neoliberalismo cria um terreno fértil para a sustentação da sua própria ordem como hegemônica e da sua expansão, acabando por criar uma nova política, na qual o resultado final é a introjeção da despolitização.

Resta-nos buscar identificar o que referido fenômeno causa em nossa realidade prática, isto é, o que decorre da racionalidade neoliberal e da lógica do consenso na prática democrática e que acabam por causar a despolitização da esfera pública.

Conforme retomaremos adiante, a despolitização da esfera pública como projeto para neutralizar as forças insurgentes à lógica hegemônica conta com diversas práticas que aprofundam em menor ou maior parte a desconfiança política nas instituições democráticas e a apatia quanto à participação política. Veja-se que não busca esse trabalho intitular a

racionalidade neoliberal como exclusiva responsável na despolitização da esfera pública, mas sim identificar como a prática neoliberal contribui ao processo despolitizante, através do que veremos como narrativa de neutralidade, a hegemonia da pequena política e a retórica contra o Estado.

6.3. OS CAMINHOS PARA A DESPOLITIZAÇÃO

Inicialmente, conforme apresentamos anteriormente, a articulação da racionalidade neoliberal em vista de automatizar a vida pública é um dos pontos centrais para a despolitização, junto a isso, temos a promoção da agenda econômica neoliberal como forma indispensável para o desenvolvimento econômico e social e para a superação das crises. Identifica-se, assim, que a racionalidade neoliberal busca através da lógica do consenso atuar em torno de um discurso de neutralidade a fim de disfarçar a sua própria agenda política.

Com a crise financeira de 2008 essa neutralidade pós-ideológica foi o que levou à aceitação por parte da sociedade de medidas controversas, impopulares ou até anti-democráticas. Conforme apresentamos anteriormente, o socorro a gigantes instituições privadas com dinheiro público, a diminuição dos serviços públicos ou até mesmo o corte de direitos dos trabalhadores foram globalmente apresentados como única alternativa possível para superação da crise, fato que neutralizou todo cataclismo social que tais medidas poderiam causar.

Veja-se que o discurso de neutralidade se articula ao lado de propostas tidas como técnicas e pragmáticas, as quais não deveriam passar pelo crivo “do político” por se tratarem de decisões que estariam acima do espectro político-ideológico, ou seja, decisões tão imperiosas a ponto de não precisarem ser debatidas na esfera pública. Ao redor do mundo as medidas para recuperação da economia pós 2008 foram regadas à narrativa de neutralidade, conforme coluna de Andrea Murta para a Folha de São Paulo em março de 2009 sob o título “somos todos keynesianos”:

O debate sobre o teor de "socialismo" de Obama tomou tanto meios mais identificados com a direita, como a Fox News, quanto de linha moderada. A "Newsweek" estampou em sua capa a manchete "Somos Todos Socialistas", e até Roger Cohen, colunista do "New York Times" que crê que as ações de Obama contra a crise vão na direção correta, alertou que "é preciso se afastar da tentação de

uma nova França". (...) Além disso, enumera Keyssar, a palavra é usada para incutir medo ao lembrar regimes como o de Josef Stálin na União Soviética -por causa da Guerra Fria, o fantasma ainda é forte nos EUA. "Mas o que o presidente está fazendo é justamente tentar salvar o capitalismo e suas instituições, inclusive o sistema financeiro" (Folha de S. Paulo, 2009: 1)²⁰

Além de tratar o resgate pelo Estado das instituições privadas e do sistema financeiro como medida meramente técnica e pragmática, conforme a manchete da Newsweek propõe, a lógica do consenso também pode ser identificada tanto no modo narrativo como no modo pragmático para superação da crise, uma vez que o que se apresenta é a adesão de diferentes grupos ideológicos a um projeto aparentemente apolítico.

É nesse sentido que o potencial despolutizante da narrativa de neutralidade é de fácil identificação. Conforme tratado anteriormente, a despolutização ocorre na desmobilização das forças insurgentes, e o tecnicismo como forma de articulação da narrativa de neutralidade é ferramenta dessa máquina, veja que por se tratar supostamente de decisão técnica e apolítica, não há o que se construir na esfera pública. Carl Schmitt (1992) busca identificar como a narrativa de neutralidade e tecnicidade é uma prática lesiva.

Aqui, todos os povos e nações, todas as classes e confissões, todas as gerações e sexos parecem poder estar rapidamente de acordo, uma vez que todos se servem, com igual naturalidade, das vantagens e comodidades do conforto técnico. Parece ser aqui, assim, o terreno de um equilíbrio geral, para o qual se fez preconizador Max Scheler em uma palestra no ano de 1927. Toda disputa e toda confusão da contenda confessional, nacional e social ficam aqui niveladas sobre uma área completamente neutra. A esfera da técnica pareceu ser uma esfera de paz, entendimento e reconciliação. A outrora inexplicável relação entre crença tecnicista e pacifista pode ser explicada a partir daquela tendência à neutralização. (Schmitt, 1992: 98)

A fim de acrescentarmos mais uma camada ao tema, interessante trazer a discussão o conceito da “hegemonia da pequena política”. Isto é, quando as discussões entre políticos e aspectos menores da agenda política se tornam a expressão máxima de fazer política torna-se, de igual forma, senso comum a noção de que tanto o político como a política em si não passam de discussões entediadas e distantes da sociedade, dito de outra forma, é a “concepção da política como disputa de elites, e não como ação de maiorias” (Coutinho, 2010: 31).

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas

²⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0803200905.htm> Acesso em 09/10/2020

orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto é grande tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. (Gramsci, 1999-2003: 21)

Nesse sentido, as questões relevantes não encontram possibilidade de discussão na esfera pública, é o afastamento dos projetos de sociedade do crivo da própria sociedade. Coutinho (2010) é categórico nesse sentido ao falar sobre como isso ocorreu no Brasil, inclusive relacionando a “hegemonia da pequena política” com o que apresentamos anteriormente como narrativa de neutralidade.

Esse tipo de hegemonia se manifesta no fato de que a disputa política entre nós tem se reduzido a um bipartidarismo efetivo, anda que não formal, centrado na alternância de poder entre um bloco liderado pelo PT e outro pelo PSDB, que não só aplicam a mesma política econômica e social, mas também praticam métodos de governo semelhantes, que não recuam diante de formas mais ou menos graves de corrupção sistêmica. Não é casual o comum compromisso desses dois blocos no sentido de “blindar” a economia, ou seja, de reduzir a uma questão “técnica”, e não política, a definição daquilo que verdadeiramente interessa ao conjunto da população brasileira. Mais uma vez, hegemonia da pequena política. (Coutinho 2010: 42)

Interessante notar como a experiência política brasileira acaba retomando a discussão sobre como é retirada a possibilidade dos eleitores de discutirem alternativas realmente possíveis para o futuro. A lógica do consenso passa a tomar inclusive as propostas de partidos supostamente opostos minando qualquer retorno ao político. Nesse sentido, analisando referido fenômeno com uma lente institucional do Estado o problema se agrava ainda mais, sob a perspectiva de como a própria estrutura partidária da democracia representativa liberal é dragada nesse processo.

Isso porque, a racionalidade neoliberal busca, através da lógica do consenso de centro e da narrativa de neutralidade se apresentar como uma “terceira via”. Desse modo, aspirando demonstra-se como a superação dos antagonismos essencialmente ligados ao político, a terceira via atua como suposta alternativa à dicotomia do espectro ideológico – esquerda e direita – quando, em sua realidade, não passa de mera reprodução da concepção hegemônica.

Os ideólogos do neoliberalismo gostam hoje de se apresentar como defensores de uma suposta “terceira via” entre o liberalismo puro e a social-democracia “estatista” e, assim, como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade (ou, mais precisamente, da chamada pós-modernidade) e, portanto, ao progresso. Assim, a versão atual da ideologia neoliberal faz da reforma (ou

mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) sua principal bandeira. (Coutinho, 2010: 35)

Nesse sentido, consoante ao que propõe a lógica do consenso, interessante notar o desenvolvimento da corrente política a que se costumou chamar terceira via. Na segunda metade de 1990, partidos que se aproximavam do espectro político de esquerda passaram a adotar em suas plataformas eleitorais propostas essencialmente neoliberalista, dito de outra forma, nota-se a adoção de políticas econômicas neoliberais ao lado do incentivo à programas sociais tidos como essenciais. Formou-se, assim, em vista de se consolidar através do pragmatismo eleitoral, uma terceira suposta alternativa que se expressa através do esbatimento das diferenças ideológicas e, por consequência, programáticas.

Seus maiores entusiastas, como Bill Clinton nos Estados Unidos ou Tony Blair na Inglaterra, defendiam tanto a responsabilidade fiscal do Estado através de um governo austero, como o combate à pobreza. Conforme dito pelo economista José Luís Fiori (2010), a terceira via provou-se tratar de “uma geléia ideológica com propostas extremamente vagas e imprecisas, qual mal encobriam o seu núcleo duro voltado para abertura, desregulação e desestatização das economias nacionais, e para um prolongamento vagamente social da revolução thatcherista”.

Nada ilustra melhor a virada neoliberal da esquerda do que a mudança de significado da política social, rompendo com toda a tradição social-democrata que tinha como linha diretriz um modo de partilha de bens sociais indispensáveis à plena cidadania. A luta contra as desigualdades, que era central no antigo projeto social-democrata, foi substituída pela “luta contra a pobreza”, segundo uma ideologia de “equidade” e “responsabilidade individual” teorizada por alguns intelectuais do blairismo, como Anthony Giddens. (Laval e Dardot, 2016: 233)

A terceira via, ou ao que chamam Laval e Dardot (2016) “nova esquerda” une em si mesma muito da racionalidade neoliberal hegemônica. Isso porque, em que pese ter nascido em partidos tradicionalmente de esquerda retoma a herança thatcheriana sob a lógica do “fim da história” de Fukuyama (1992) acreditando tratar-se de “não de uma política que se deveria derrubar, mas um fato consumado” (Laval e Dardot, 2016: 237)

Portanto, aquilo que às vezes é chamado impropriamente de “conversão neoliberal da esquerda” não pode ser explicado apenas pelas campanhas ideológicas da direita ou pela capacidade de persuasão desta última. Essa conversão é mais fundamentalmente explicada pela difusão de uma racionalidade global que funciona como uma evidência amplamente compartilhada, que é da ordem não de uma lógica

de partido, mas de uma técnica de governo dos homens supostamente neutra do ponto de vista ideológico. (Laval e Dardot, 2016: 241)

Ainda sob a análise de Laval e Dardot (2016), na medida em que a lógica do consenso era incorporada ao fenômeno da esquerda moderna, a narrativa de neutralidade se evidenciava, a adoção de práticas neoliberais não era uma plataforma política a ser discutida no campo do político, mas sim, necessária por se tratar de ponto ideológico irreversível, o qual a terceira via não tinha qualquer intenção de superar.

O mais importante não é tanto o triunfo da vulgata neoliberal, mas a maneira como o neoliberalismo é traduzido em políticas concretas, às quais afinal é submetida uma parte da população assalariada, e esta às vezes até as aceita, mesmo quando essas políticas visam explicitamente ao retrocesso de direitos adquiridos, de solidariedade entre grupos e entre gerações, e levam grande parte dos sujeitos sociais a dificuldades e ameaças crescentes, inserindo-os sistemática e explicitamente numa lógica de “riscos”. O neoliberalismo é muito mais do que uma ideologia partidária. Aliás, em geral as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria razão. (Laval e Dardot, 2016: 241)

No mais, também há de se identificar outro aspecto discursivo da racionalidade neoliberal em prol de se estabelecer como concepção hegemônica e também pela sua expansão. A retórica contra o Estado e pró setor privado, isto é, a construção de uma narrativa na qual o Estado é desqualificado pela sua morosidade, pela sua burocracia, pela sua corrupção, enquanto o setor privado é colocado como superior por ser ágil, facilitado e eficiente.

Luiz Carlos Bresser-Pereira (2009) conceitua que o que move a concepção anti-Estado é uma visão reducionista do Estado, já que “esse não é apenas uma organização. E não é apenas uma organização ineficiente. É também uma organização criminosa – uma organização na qual seus membros (dos quais estão excluídos os cidadãos) estão apenas preocupados em praticar *rente-seeking*”. (Bresser, 2009: 19)

Essa forma de retórica é importante porque, diferentemente das outras formas de despolitização, a desqualificação gera um sentimento ativo da massa contra o poder estatal, como obstáculo ao desenvolvimento, algo a ser superado para que o mercado – que é o essencial – se desenvolva. Veja-se que se trata de apenas técnica discursiva, uma vez que “não se pode pretender aumentar o poder do mercado à custa do enfraquecimento do Estado”

(Bresser, 2009: 8). Nesse sentido, Bresser (2009) identifica que diversas teorias neoliberalistas buscaram se basear no discurso anti-Estado.

O neoliberalismo irá aparecer com toda força na ciência econômica um pouco mais tarde, nos anos 1960, nos Estados Unidos – e se expressará de forma clara em quatro correntes de pensamento: a teoria econômica neoclássica, o novo institucionalismo baseado nos custos de transação, a teoria da escolha pública e a teoria da escolha racional reduzindo a política a um mercado. O que essas quatro teorias farão será desenhar uma visão reducionista do Estado e da política. A teoria econômica neoclássica demonstrará a desnecessidade da ação regulatória do Estado, o novo institucionalismo transformará o Estado em um segundo melhor (*second best*) em relação ao mercado, a teoria da escolha pública ou social transformará o Estado em uma organização intrinsecamente corrupta, e as versões mais radicais da escolha racional reduzirão a política aos lucros e às perdas do mercado. (Bresser, 2009: 16)

Conforme conceituou Bresser (2009: 10) “o neoliberalismo é uma ideologia que os ricos usaram no final do século XX contra os pobres ou os trabalhadores e contra um Estado democrático social. É uma ideologia eminentemente reacionária, portanto.” Nesse contexto, como o intuito do neoliberalismo era o desmoronamento do Estado de bem-estar social nada mais estratégico que relacionar, no imaginário das massas, o poder estatal e a própria classe política com autoritarismo, ineficiência e pobreza econômica, isto é, o Estado em sua essência como o primeiro obstáculo às liberdades individuais (Mouffe, 2013: 121).

Sendo assim, é de se salientar que referidos caminhos para a despolitização da esfera pública, atuam tanto no campo narrativo do discurso neoliberal, mas adentram, inclusive, a dimensão institucional, haja vista, que efetivamente limitam a autonomia política e o potencial de forças sociais se insurgirem contra a lógica hegemônica. Isso porque, a própria escolha dos eleitores – princípio essencial da democracia – é limitado.

7. A VISÃO PÓS-POLÍTICA E OS POSSÍVEIS NOVOS CAMINHOS

A pós-política nesse sentido, seria uma nova forma de fazer política, isto é, algo que está questionando ou problematizando o modo como se conhecia, se praticava e se pensava a política até então. Desta forma, analisar a visão pós-política seria encará-la com as novas facetas da ordem hegemônica neoliberalista atual.

A conquista da hegemonia neoliberal não se mede pelo sucesso em indicadores convencionais (crescimento econômico, bem-estar social). Também não significa apenas nem principalmente definir as respostas certas aos problemas, mas definir

quais são os problemas certos e os termos em que devem ser equacionados. Seu alvo é modificar drasticamente os temas e valores compartilhados, de modo que se enquadrem as eventuais alternativas no terreno pejorativo do impensável e se alterem em profundidade os espaços e processos em que se fazem as escolhas sociais relevantes. (Moraes, 2002: 13)

Slavoj Žižek (2006), buscou definir a pós-política através da concretização da ideia racional neoliberal de superação das ultrapassadas divisões ideológicas. No entanto, em razão da disfuncionalidade de uma esfera política altamente despolitizada os espaços garantidos para os particulares protestarem e contestarem suas insatisfações são estrangulados.

Na pós-política, o conflito das visões ideológicas globais incorporadas em diferentes partidos que competem pelo poder é substituído pela colaboração de tecnocratas esclarecidos (economistas, especialistas em opinião pública...) e multiculturalistas liberais. Através do processo de negociação de interesses, chega-se a um compromisso sob a forma de um consenso mais ou menos universal. (Žižek, 2006: 72)

Nesse ínterim, conforme alertou Mouffe (2009), o esbatimento das diferenças entre as alternativas políticas, o discurso da neutralidade e crescente da lógica do consenso se imbricam com uma visão muito pessimista do futuro da política.

Não estou fingindo, é claro, que isso traria o fim dos conflitos, mas estou convencida de que é menos provável que esses conflitos tomem uma forma antagônica do que em um mundo onde um único modelo econômico e político é apresentado como a única forma legítima e é imposto a todas as partes em nome de sua racionalidade e moralidade supostamente superiores. (Mouffe, 2009: 147)

É preciso que se reitere que não estamos caminhando em um sentido a tornar o mundo mais unido e pacífico, mas sim dando espaço para uma visão pós-política emergir.

Se quisermos acreditar no quadro otimista apresentado pelos teóricos da “modernização reflexiva” e pelos políticos da “terceira via”, apesar de alguma resistência retrógrada ao progresso, a atual tendência básica é acreditar que seguimos para um mundo unificado e pacificado. No entanto, esse está longe de ser o caso e a visão pós-política deles tem sido cada vez mais contestada. É verdade que, nas últimas décadas as fronteiras entre esquerda e direita tornaram-se cada vez mais indefinidas. Mas ao invés de criar condições para uma democracia mais madura, o que nós estamos testemunhando em muitas sociedades ocidentais é uma perda de legitimidade das instituições democráticas. Aliás, no que diz respeito à política internacional, o fim da ordem mundial bipolar não nos levou a um sistema mais harmonioso, mas à explosão de uma multiplicidade de novos antagonismos. (Mouffe, 2005: 64)²¹

²¹ Tradução própria “If we are to believe the optimistic picture put forward by the theorists of 'reflexive modernization' and the politicians of the 'third way', notwithstanding some rearward resistance to progress, the basic trend nowadays is towards a unified and pacified world. However, this is far from being the case and their post-political vision has increasingly been contradicted from many quarters. To be sure, in recent decades the

Interessante notar que Mouffe (2005, 2009, 2013) busca correlacionar a ascensão de partidos populistas de direita com o fenômeno do esbatimento das diferenças, isto é, a correspondência de diversos países que experimentaram a ascensão de partidos populistas de direita ocorre exatamente quando as diferenças entre os partidos democráticos tradicionais tornam-se insignificantes.

O ponto central é que ao se estabelecer um consenso além do espectro político, qual seja, nem à direita nem à esquerda, mas sim o centro, não mais se permite que os eleitores decidam entre políticas significativamente diferentes e é nesse contexto que os populistas de direitas são capazes de articular o desejo do povo quanto a uma alternativa ao sufocante consenso. (Mouffe, 2005: 66)

Mais precisamente, o maior perigo de um modelo político consensual é o vácuo que a falta de alternativas efetivas gera na esfera pública. Um corpo político homogêneo não consegue se manter por muito tempo somente contanto com apatia política dos eleitores, os níveis crescentes de insatisfação política tornaram-se motor para a articulação de movimentos contestatórios ativos.

Eu argumento que, como consequência da confusão entre as fronteiras da esquerda e da direita e a ausência de um debate agonístico entre os partidos democráticos, Ao confrontar diferentes projetos políticos, o eleitor não tem a possibilidade de se identificar com diferentes identidades políticas democráticas. Esse fenômeno criou um vácuo passível de ser ocupado por outras formas de identificação, o que pode tornar o funcionamento do sistema democrático problemático. (Mouffe, 2005: 69)²²

Decerto que há uma aparente vitória do individualismo advogado pela racionalidade neoliberal, no entanto não se pode ignorar a essencial dimensão coletiva da política. E mais, se essa dimensão não pode mais ser concretizada pelos partidos tradicionais, as identidades coletivas são suscetíveis a fomentar outras formas de identificação. Para Mouffe (2005) é essa a lógica que se materializa através dos discursos populistas de direita. Dito de outra forma, a

frontiers between left and right have become increasingly blurred. But instead of creating the conditions for a more mature democracy, what we have witnessed in many western societies is a loss of legitimacy of democratic institutions. Moreover, as far as international politics is concerned, the end of the bipolar world order has led not to a more harmonious system but to the explosion of a multiplicity of new antagonisms” (Mouffe, 2005: 64)

²² Tradução própria “I argued that, as a consequence of the blurring of the frontiers between left and right and the absence of an agonistic debate among democratic parties, a confrontation between different political projects, voters did not have the possibility of identifying with a differentiated range of democratic political identities. This created a void that was likely to be occupied by other forms of identifications which could become problematic for the working of the democratic system.”(Mouffe, 2005: 69)

narrativa populista consegue “substituir a enfraquecida oposição esquerda/direita por uma nova forma de nós/eles construída sob a oposição entre ‘o povo’ e ‘o *establishment*’”. (Mouffe, 2005: 70)²³

Ressalta-se que não quer esse ponto estabelecer o fim da oposição nós/eles, uma vez que, conforme Mouffe (2000a) bem evidenciou, estabeleceríamos por consequência o fim do político. O que se busca demonstrar é que o vazio que a pulverização das fronteiras entre a esquerda e a direita causou foi ocupado de forma não democrática. Conforme defendeu Mouffe (2000a) em “por um modelo agonístico de democracia”.

A política busca a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles”. A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles – que é uma impossibilidade –, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. O ponto crucial é estabelecer essa discriminação nós/eles de um modo compatível com a democracia. (Mouffe, 2000a: 20)

7.1. O POLÍTICO E A MORAL: A CONSTRUÇÃO DO AMIGO/INIMIGO

Com efeito, o maior resultado da visão pós-política é a identificação política através de categorias morais, isto é, o conflito essencial do político é dragado para uma discussão entre o certo e o errado, inexistindo canais disponíveis que estimulem uma forma democrática de confronto.

Contrariamente àquilo que os teóricos pós-políticos querem que acreditemos, o que testemunhamos atualmente não é o desaparecimento da dimensão antagônica do político, mas algo diferente. O que acontece é que hoje em dia o político é jogado para a esfera moral. Em outras palavras, ele ainda consiste numa dicotomia nós/eles, porém, em vez de ser definido por meio de categorias políticas, o nós/eles agora é estabelecido em termos morais. No lugar do conflito entre “direita e esquerda”, vemo-nos diante do conflito entre “certo e errado”. (Mouffe, 2005: 5)²⁴

No contexto de construção da identidade, a formação do “nós” e do “eles”, desvirtuada pela aparente pacificação dos anseios sociais acaba por moralizar o debate político, apelando para um discurso emocional, onde o “outro” deixa de ser um adversário político a ser

²³ Tradução própria “Replacing the weakened left/right opposition by a new type of we/they constructed around an opposition between “the people” and “the establishment” (Mouffe, 2005: 70)

²⁴ Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

combatido, para tornar-se um problema moral a ser condenado e, conseqüentemente, eliminado.

Nós devemos notar que o que está em jogo nessas reações moralistas é um mecanismo particularmente perverso. Tal mecanismo consiste em garantir a própria bondade, através da condenação moral do mal nos outros. Denunciar os outros sempre foi uma forma fácil e poderosa de obter uma ideia idealizada do seu próprio valor moral. É uma forma de auto-idealização que foi detidamente examinada por François Flahaut sob o nome de "puritanismo dos bons sentimentos", que ele descreve da seguinte maneira: "discursando sobre fazer o bem, simpatizando com as vítimas, expressando indignação pela maldade do outro" (Mouffe, 2005: 74)²⁵

Não nos custa reiterar que a política permanece a ser formulada e construída através da discriminações de amigo e inimigo, é essencial para que o político possa se desenvolver que o confronto exista. Conforme Carl Schmitt, "a diferenciação especificamente política, à qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre amigo e inimigo" (Schmitt, 1992: 27). No entanto, o que é essencial para a arena do político não se tornar disfuncional é que o discurso moralizante não seja a regra da disputa.

Sendo assim, por mais que o confronto político seja essencialmente necessário, é preciso que se tenha em mente que a construção do "nós" não pode se basear em conceitos morais quanto a o "eles", isto é, o outro deve ser construído como adversário político e não inimigo moral a ser eliminado.

A diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou desassociação (...). O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; ele não tem que se apresentar como concorrente econômico e, talvez, pode até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele. Ele é precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, em um sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele. (Schmitt, 1992: 28)

No entanto, o mecanismo do qual estamos falando é que referido binómio passa a ser expresso através de um vocabulário que determina o bom e o mau. Interessante, ainda, conforme Mouffe (2005, 75) pontuou, que a moralidade estar imbricada ao político na arena pública e no discurso programático não é por si só novidade. Lembra-se, nesse sentido,

²⁵ Tradução própria "We should realize that a particularly perverse mechanism is at play in those moralistic reactions. This mechanism consists in securing one's goodness, through the condemnation of the evil in others. Denouncing others has always been a powerful and easy way to obtain a high idea of one's moral worth. It is a form of self-idealization very acutely examined by François Flahaut under the name of "puritanism of good feeling, which he describes in the following way: "holding forth about doing good, sympathizing the victims, expressing indignation about the wickedness of other"(Mouffe, 2005: 74)

George W. Bush que anunciava estar batalhando a fim de acabar com o “eixo do mal”, Ronald Reagan que digladiava contra o “império do mal” da União Soviética.

Acrescenta-se assim, que a novidade alardeada é a expansão generalizada dessa narrativa para a política interna de diversos países ao redor do globo. A título exemplificativo temos na Rússia, Vladimir Putin que iniciou em 2014 uma cruzada por uma política cultural sob o slogan de “A Rússia não é a Europa”, ou a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016 que de igual forma se baseou na máxima “Tornar a América grande novamente”.

A moralização do discurso político forneceu os meios necessários para que a identificação social ocorresse em espaços não necessariamente democráticos. A narrativa contra a imoral tornou-se meio de expressar as insatisfações públicas e particulares. O apelo identitário de combater o “mau” e proteger a nação contra os inimigos iminentes é o que move os novos movimentos anti-*establishment* para uma realidade acirrada entre tensões sociais e impossibilidade de diálogo.

8. OS ELEITOS E OS ELEITORES: A CONCRETIZAÇÃO DA INSATISFAÇÃO POLÍTICA

Cogita-se, dessa forma, quais os caminhos que a democracia representativa liberal tomará em vista do contexto em que se encontram, atualmente, a forma de fazer política, os índices de descrédito democrático e a ascensão do autoritarismo ao redor do mundo.

Há que se encarar, inicialmente, os motivos pelos quais esse vazio que a pulverização das fronteiras entre o tradicional espectro político – direita e esquerda – foi preenchido de forma não democrática.

É certo que os mecanismos de despolitização da esfera pública, através da racionalidade neoliberal, foram mola propulsora para a moralização do binómio essencial do antagonismo político, no entanto há que se pontuar que a grande maioria dos movimentos atuais de contestação ativa encontram na própria população sua legitimidade e ganho político.

Cada vez mais, líderes anti-*establishment*, populistas de esquerda e de direita, vem sendo apoiados pela população, sob um ideal de que estes seriam aqueles que poderiam, enfim, expressar politicamente a voz popular, mesmo que tais líderes mostrem-se como déspotas iliberais.



Votação dos partidos antiestablishment na União Europeia (EU15).

(Mounk, 2018: 47)

Sendo assim, encarando o quadro político atual ao redor do globo, há de se surgir hipóteses para que a população esteja mais propensa a apoiar movimentos que se aproximam do autoritarismo, enquanto se afastam da lealdade às instituições representativas da democracia liberal.

8.1. DEMOCRACIA COMO ÚNICO JOGO POSSÍVEL NO IMAGINÁRIO DOS ELEITORES?

Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk (2016), conforme citamos no capítulo 3.2., estabeleceram uma tese sobre a desconsolidação das democracias, na qual buscaram entender quais são os “sinais dos tempos” que vivemos hoje. Isto é, buscar notar indícios se o estabelecimento do regime democrático – piamente creditado por teóricos da terceira onda de consolidação – é motivo de plena despreocupação, ou se há motivos para se alarmar quanto a sua real resiliência. Com efeito, a queda nos índices de confiança política e também de

participação política, assim como, a escalada de líderes anti-*establishment* tem o que a nos indicar?

Ao longo das últimas três décadas, a confiança em instituições políticas como os parlamentos ou os tribunais de justiça sofreu uma queda abrupta entre as democracias consolidadas da América do Norte e Europa Ocidental, assim como o comparecimento às urnas. À medida que a identificação partidária enfraqueceu e a filiação partidária declinou, os cidadãos tornaram-se menos dispostos a apoiar os principais partidos. Em vez disso, passaram a apoiar movimentos com um único tema, votar para candidatos populistas ou apoiar partidos “antissistema” que se definem em oposição ao status quo. Mesmo em algumas das regiões mais ricas e politicamente estáveis do mundo, parece que a democracia encontra-se numa situação verdadeiramente desanimadora. (Foa e Mounk, 2016: 2)

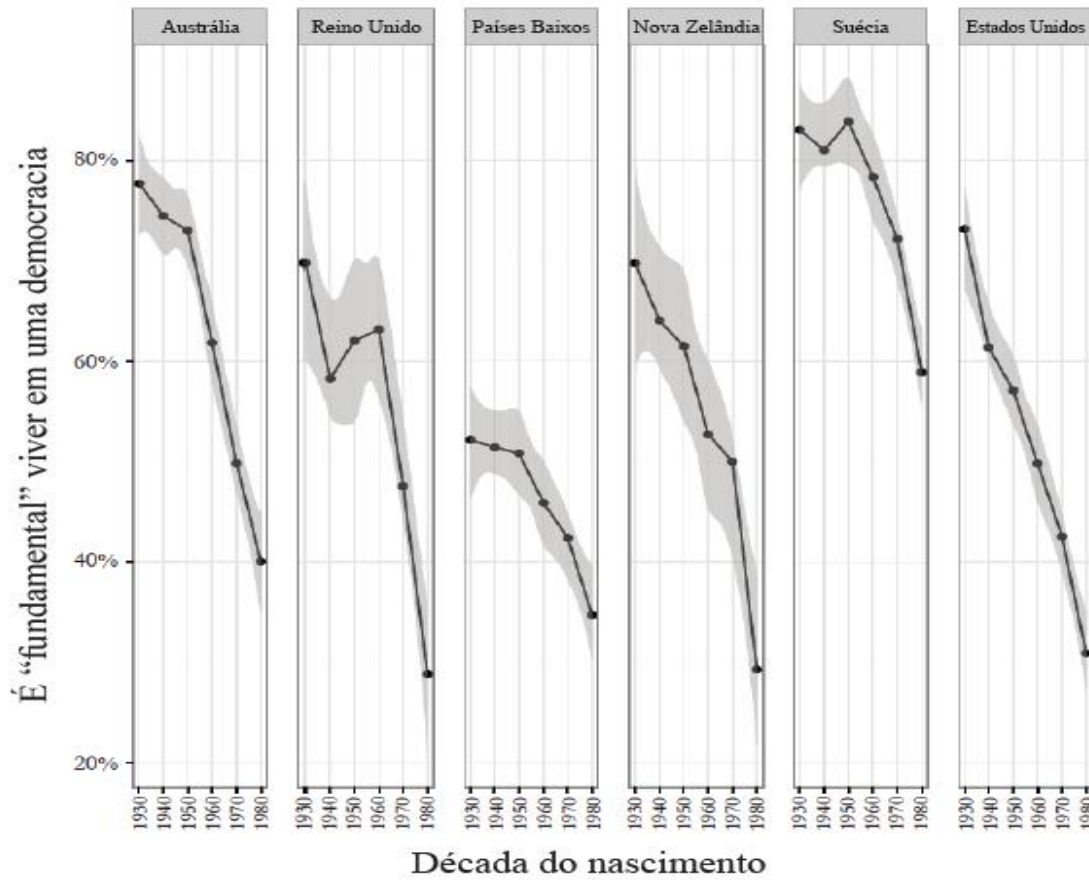
A tendência encontrada pelos autores é que o funcionamento da democracia representativa liberal não mais opera em sua plena capacidade, e que seus problemas estruturais não podem ser interpretados como mera sofisticação política e uma nova geração de eleitores mais críticos. A novidade em termos de análise da pesquisa de Foa e Mounk (2016, 2017) é que os índices de desconsolidação não buscam medir o estado da democracia local e globalmente, conforme analisamos no capítulo 3, mas busca estabelecer prognosticamente a durabilidade da democracia como sistema.

Sendo assim, os autores buscaram, interpretando dados da *World Values Surveys* de 1995 até 2014, identificar se queda nos índices democráticos seria um problema de legitimidade do governo de situação de cada Estado, ou se trataria de uma problema de legitimidade do próprio regime, isto é a maior parte da população se sente insatisfeita com os governos específicos, ou a maior parte da população não mais apoia o regime da democracia representativa liberal, através do apoio à instituições essenciais desse regime como o Congresso e a Presidência, e da não disponibilidade à alternativas autoritárias.

A pesquisa de Foa e Mounk de outubro de 2016 os levou, em maio de 2017, a afirmarem categoricamente que “os cidadãos americanos não estão apenas insatisfeitos com o desempenho de governos específicos: são cada vez mais críticos em relação à própria democracia” (2017: 2).

No que os autores chamam de “sinais de desconsolidação” incluem a insatisfação principalmente das novas gerações. Apenas 30% dos nascidos pós 1980, os *millennials*, “afirmam ser ‘fundamental’ viver em uma democracia” (2017: 2) enquanto, daqueles que

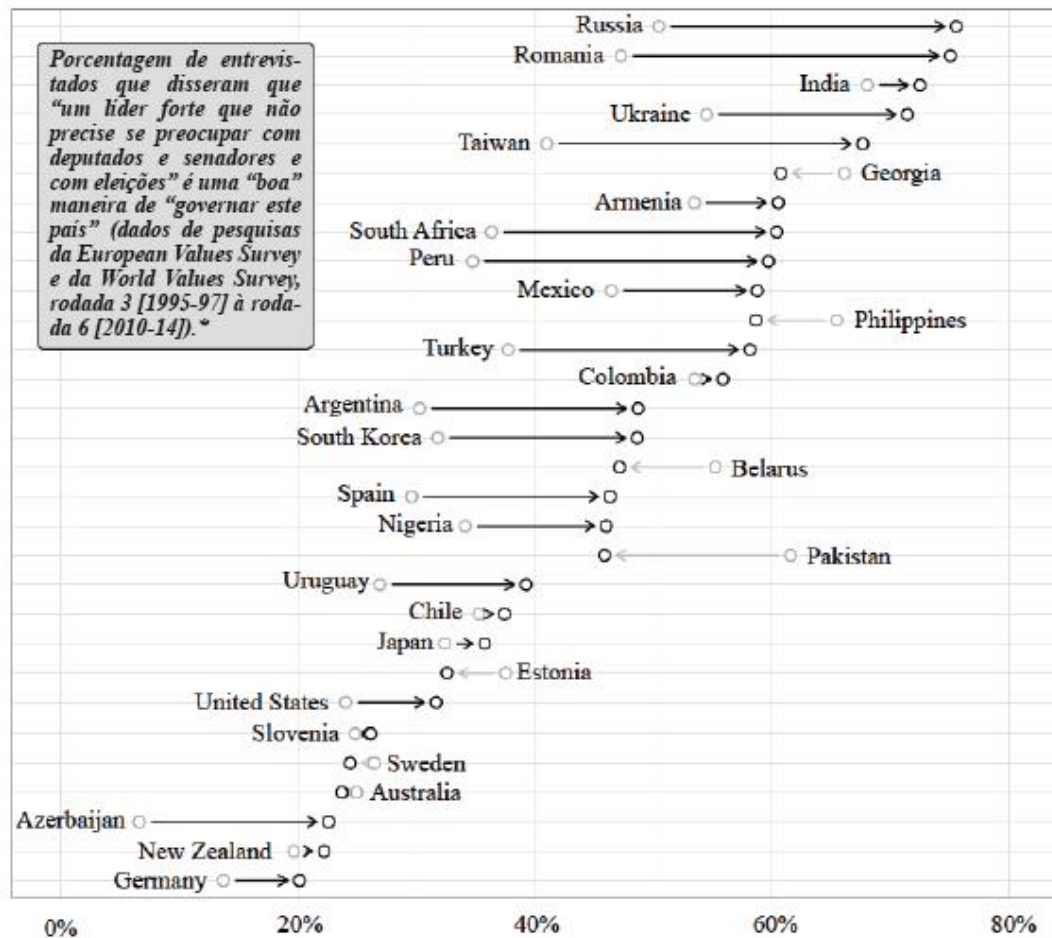
nasceram antes da eclosão da segunda guerra, a porcentagem atinge 72%.



(Foa e Mounk, 2017: 3)

A pesquisa ainda mostra o aumento dos índices de insatisfação com as instituições tipicamente democráticas, como o Congresso e as eleições e, emblematicamente, cogitam que um líder que não precise dessas instituições para governar (2017: 4).

Figura 2: Aumento global da proporção de cidadãos que desejam um líder forte “que não precise se preocupar com eleições”



(Foa e Mounk, 2017: 4)

Outrossim, nota-se que o descrédito para com o regime democrático é catapultado pelo flerte com alternativas autoritárias. Os autores, pontuam que a disponibilidade da população para com o autoritarismo é por si mesmo preocupante, no entanto, quando essa ideiação passa a se tornar um comportamento político efetivo e líderes que conseguem articular esse fenômeno obtém sucesso eleitoral, o risco é de desconsolidação da própria democracia.

A democracia passa a ser o único jogo possível quando a maioria esmagadora dos cidadãos de um país abraça valores democráticos, rejeita alternativas autoritárias e apoia candidatos ou partidos comprometidos com a defesa das normas e instituições fundamentais da democracia liberal. Da mesma forma, deixa de ser o único jogo possível quando, num momento posterior, uma minoria não desprezível de cidadãos perde sua fé em valores democráticos, é atraída por alternativas autoritárias e começa a votar em partidos, candidatos ou movimentos “antissistema”, que desprezam ou opõem-se aos elementos constitutivos da democracia liberal. Nesse momento, diz-se que a democracia está se desconsolidando. (Foa e Mounk, 2017: 7)

Posteriormente, Yasha Mounk (2018) em seu livro “O Povo Contra a Democracia” cogita que, em que pese a estabilidade duradora do sistema democrático como dominante em boa parte do mundo, essa realidade vem mingando nos últimos anos. Em paralelo interessante, o autor expõe a ideia de que o sistema democrático como ideal não conseguiu se concretizar em sua potencial prática. Com efeito, o autor correlaciona os conceitos de “um sistema de democracia sem direitos” com “um sistema de direitos sem democracia” (Mounk, 2018).

a dependência mútua do liberalismo e da democracia mostra com que rapidez a disfunção em um aspecto de nossa política pode gerar disfunção em outro. E assim a democracia sem direitos sempre corre o risco de degenerar naquilo que os Pais Fundadores mais temiam: a tirania da maioria. Entretanto, os direitos sem democracia não precisam se provar mais estáveis: depois que o sistema político virar um playground de bilionários e tecnocratas, a tentação de excluir cada vez mais o povo das decisões importantes continuará aumentando. (Mounk, 2018: 18)

Paul Howe (2018) vai mais longe e identifica que referidos índices não indicam somente a desconsolidação da democracia em razão do seu crescente descrédito, mas sim uma mudança de pensamento geracional contínua e duradoura, isso porque os índices “em vez de indicar uma mudança abrupta entre os *millennials* ou algo específico entre os jovens adultos, o padrão linear de declínio” (Howe, 2018: 116) indica uma lenta, mas efetiva, mudança na cultura política das conseqüentes gerações.

Nesse sentido, Howe (2018) correlaciona diversas atitudes que ele chama de “antissociais”, tais como sonegar impostos e receber indevidamente benefícios governamentais, com a diminuição do apoio à democracia. Chega a concluir que há uma inclinação dos mais propensos há tolerarem referidas atitudes a, de igual sorte, não apoiarem o regime democrático.

Sugerem, sim, que sentimentos de indiferença em relação à democracia estão inter-relacionados com um conjunto mais amplo de atitudes individualistas e antissociais presentes entre uma minoria considerável da população americana. Também sugerem que a avaliação da democracia não opera estritamente a partir de um plano político. Inclinações mais profundas e valores pessoais afetam avaliações políticas mais abstratas. (Howe, 2018: 126)

Ainda para o autor, “o autor do desprezo pela democracia reflete o aumento não de um autoritarismo dogmático, mas de um mal-estar social mais amplo e amórfico que rejeita displicentemente uma ampla gama de normas sociais, incluindo pilares básicos da

democracia”. (Howe, 2018: 133/134) Em seu ensaio, prudentemente, busca separar duas tendências à democracia atual, a política e a cultura.

Dessa forma, além de, como já exposto, o autor identifica uma transformação cultural da sociedade em relação às normas e valores do pacto social e a sua relação com o menor apoio a conceitos e instituições da democracia como regime. No entanto, ressalta que os níveis decrescentes de satisfação para com o governo suscitaram manifestações e movimentos ativos de contestação pública e não apenas uma apatia política generalizada.

O mais recente relatório da *Freedom House* (2020: 18) ressalta essa tendência, em sua última sessão indica que manifestantes ao redor do globo estão buscando algum tipo de mudança, os desejos, apesar de dispersos, são por igualdade, justiça e liberdade.

8.1.2. A FADIGA DA DEMOCRÁTICA: ELEITORES SUFOCADOS?

Arjun Appadurai (2017) retoma Albert Hirschman (1970), para correlaciona “o vínculo do comportamento do consumidor ao comportamento organizacional e político” (Appadurai, 2017: 27), no sentido em que “por quanto tempo e em quais circunstâncias pessoas comuns seriam capazes de tolerar a decepção com bens e serviços antes de mudar de marca, de organização ou se país” (2017: 27). Nesse sentido, as eleições seriam os espaços reservado para o povo dar voz as suas insatisfações e a suas decepções quanto o modelo vigente.

Deste modo, a hipótese do autor para a ascensão dos novos populistas, seria a fadiga para com a própria democracia, isto é, a população estaria frustrada com o regime democrático, e esse seria o aspecto emocional que os líderes populistas estariam conseguindo tocar em seus seguidores.

A saber, o cansaço com a democracia, para Appadurai (2017) decorre de três fenômenos principais, a possibilidade ilusória de construção identitária através da internet; a perda da independência e soberania econômica dos Estados em vista da globalização econômica e imposições de ajustes fiscais e, por fim, a crise migratória global.

Justos, esses três fatos intensificaram a intolerância global contra o devido processo legal, a racionalidade deliberativa e a paciência política que sistemas democráticos sempre exigem. Quando acrescentamos a esses três fatores o aprofundamento mundial da desigualdade econômica, a erosão global do bem-estar social e a penetração planetária das indústrias financeiras que prosperam ao multiplicar a ideia de que todos corremos o risco de um desastre financeiro, a impaciência com as vagarosas temporalidades da democracia é composta de um clima constante de pânico econômico. (Appadurai, 2017: 29)

Em vista disso, o autor identifica que o apoio aos líderes populistas não-democráticos seria uma forma de expressão desse sentimento e não uma alternativa a forma de voz. Isto é, “os seguidores são vítimas da fadiga da democracia, percebendo na política eleitoral o melhor caminho para sair da democracia em si” (2017: 30).

As eleições de hoje – e a recente eleição nos Estados Unidos é um exemplo excelente – transformaram-se em uma via de “saída” da democracia em si em vez de ser um meio de corrigir e debater a política democraticamente. Os cerca de 62 milhões de estadunidenses que votaram em Trump votaram nele e contra a democracia. Nesse sentido, o voto deles foi um voto pela “saída”. E assim foi também com a eleição de Modi, a eleição de Erdogan e a pseudoeleição de Putin. (: 28)

Portanto, o denominador comum que se encontra entre os líderes populistas atuais e os seus seguidores é o ódio e a exaustão, que se encontra articulada na narrativa dos líderes de regresso à vitória da soberania da maioria ressentida, angariada pela pureza étnica, renascimento cultural e retomada de uma econômica forte e potente.

8.2. DEMOCRACIA COMO JOGO IMPOSSÍVEL NO IMAGINÁRIO DOS LÍDERES ATUAIS?

Já em relação a investigação quanto ao crescente sucesso dos líderes populistas mesmo e principalmente quando flertam com alternativas autoritárias, diversos autores buscam defender diferentes hipóteses que expliquem o estado político atual.

Retomando Howe (2018), o autor buscou elucubrar teorias sobre a escalada de tais líderes populistas, para ele a ascensão desses movimentos poderia ser a concretização da mudança sociocultural que nos referimos no capítulo 8.1. Assim sendo, o populismo não-democrático seria uma forma de efetivar politicamente o desprezo às normas sociais e, por consequência, democráticas. Dito de outra forma, os agitadores políticos atuais seriam os capazes de articular politicamente a tendência consciente de desvalorização por normas sociais e a aproximação de condutas agressivas e individualistas.

Líderes proeminentes de natureza populista oferecem uma evidência sugestiva dessa conexão. Em ambos os lados do Atlântico, e também em outras partes do mundo, esses agitadores políticos competem no processo democrático, mas com palavras e ações que comunicam desdém para com princípios democráticos fundamentais tais como o estado de direito, direitos de minorias e freios e contrapesos ao poder Executivo. Ao mesmo tempo, alguns desses indivíduos são propensos a condutas imprudentes, duvidosas e às vezes agressivas que sugerem egos inflados, pouco respeito pelos outros e certo grau de desprezo por normas sociais. (Howe, 2018: 126)

Da mesma forma, Arjun Appadurai (2017) se debruçou na tentativa de dissecar a ligação existente entre os líderes e os seguidores dos recentes movimentos populistas atuais, buscou estabelecer que além dos traços típicos que costumam ser atrativos como o carisma e a ideologia, a adesão a esses movimentos estaria além desses traços, constando que os seguidores.

Hoje é claro que líderes e seguidores estabelecem conexões, mas elas se baseiam nas coincidências parciais e acidentais entre as ambições, ideias e estratégias dos líderes e os temores, feridas e ódios de seus seguidores. Os líderes que ascenderam nos novos movimentos populistas têm estilos tipicamente xenófobos, patriarcais e autoritários. Os seguidores talvez partilhem de algumas dessas propensões, mas também estão assustados, zangados e ressentidos com o que a sociedade em que vivem fez por e com eles. (Appadurai, 2017: 20)

Para o autor, os novos populismos se encontrariam no aspecto de retomada da soberania econômica que ficou no segundo plano em vista das políticas impositivas de austeridade fiscal e, conseqüentemente, da soberania nacional através da busca identitária nacionalista e cultural. Dessa forma, tais movimentos se articulariam através do “chauvinismo cultural dominante, do etnonacionalismo e da opressão às dissidência intelectuais e culturais internas” (Appadurai, 2017: 21).

Na mesma toada, Sérgio Abranches (2018) analisa o caso brasileiro das eleições de 2018, com Bolsonaro vencedor, o qual – em correspondência à tendência mundial – marca-se como uma nova forma de fazer política e com o conceito de *outsider*, em que pese sua vida pública como deputado federal.

O autor marca a disputa eleitoral de 2018 como “eleições disruptivas”, isso porque essa teria encerrado o ciclo político de mais de vinte anos de alternância de poder entre os tradicionais partidos PT-PSDB. Paralelamente, acrescenta, como característica das disputas política atual, a polarização radicalizada intimamente ligada a campanha digital.

Essa nova forma de polarização é um fenômeno global, nascido do crescimento das redes sociais, cujo uso cívico, embora importante, não conseguiu ainda se impor como via principal do debate político digital. Ela está ainda dominada pelo discurso de ódio e de difamação, seja por indivíduos raivosos ou por milícias digitais. (Abranches, 2018: 19)

Nesse contexto, a tendência que o autor identifica no Brasil se equipara à Europa e aos Estados Unidos e reside no que determinou chamar “polarização afetiva”. Qual seja um conceito que, retomando o que se discutiu no capítulo 7.1. quanto a moralização na construção do amigo/inimigo, é expresso através de “rótulos políticos (...) vazios de conteúdo programático, despolitizados e cheios de conteúdo emocional, tipo ‘amo a nós, logo odeio a ele’”. (Abranches, 2018: 20)

Ainda em correspondência à moralização do outro como inimigo, o autor ressalva que essa não é uma prática inovadora do bolsonarismo, tendo, anteriormente, o Lula mobilizado uma ampla identidade grupal nesse sentido. No entanto, a novidade reside na maximização para o que Abranches (2018) chamou de “hooliganismo político”.

O novo “nós” se apresenta com precisão contra o “inimigo” mais claramente identificado. Os principais vetores de união desse grupo são o antipetismo e o antilulismo. Construiu-se uma contrariedade tanto com os vícios quanto com as virtudes do petismo. De um lado, por exemplo, o aparelhamento e a convivência com a corrupção; de outro, a incorporação de agendas identitárias de gênero, raça e orientação sexual. Palavras de ordem genéricas encorajam o espírito de time, o hooliganismo. (Abranches, 2018: 23/24)

O “hooliganismo político” seria a moralização da política levada a cabo, assim como nas violentas torcidas organizadas, a violência política também buscaria não apenas a derrota do adversário, mas a sua destruição completa. A agressividade política ganha o espaço que a despolitização da esfera pública e a moralização da política não foram capazes de preencher, e é dessa agressividade política que os líderes atuais conseguem se firmar. “É como se tivessem um botão de pânico na mente e esses líderes conseguissem apertá-los, detonando neles o hooligan interno.” (Abranches, 2018: 31)

A título exemplificativo, a polarização a nível mundial é tão completa que 88% dos Democratas desaprovam o Trump, enquanto 84% dos Republicanos o aprovam; Thereza May é aprovada por 56% dos Conservadores e 85% dos Trabalhista a desaprovam, por fim, Macron

é aprovado por 84% dos seus aliados e desaprovado por 81% dos outros partidos. (Abranches, 2018: 28)

Por fim, Abranches (2018) aproxima sua análise ao que concluiu Appadurai (2017), está em curso uma onda de ressentimentos, a globalização provou mudanças de valores sociais e desigualdades internas e estes ressentidos são os que líderes populistas estão sendo capazes de articular.

Para o conservador moderado Jonathan Haidt, a globalização tornou a maioria das nações mais afluentes e trouxe mudanças que moldaram os valores de suas elites urbanas. Aumentaram as desigualdades internas e deixaram setores para trás, ampliaram o contingente de portadores de valores novos e, para muitos, chocantes. Provocaram uma onda silenciosa de ressentimentos, abrindo espaço para o pensamento. Mentes ressentidas são frágeis diante da pregação dos males que as afligiram e prontas a dar um *reboot* autoritário e discriminatório. (Abranches, 2018: 31)

9. CONCLUSÃO

Pretendeu desenvolver no presente trabalho debates em busca de identificar possíveis hipóteses para o déficit democrático atual. Objetivou-se aprofundar a compreensão quanto a funcionalidade e as intenções da racionalidade neoliberal no contexto da democracia representativa liberal e a emersão da pós-política através da eliminação do dissenso e da moralização do binômio amigo/inimigo.

Como resultado da presente discussão, identificamos que após a crise financeira de 2008, as práticas neoliberais foram intensificadas, assim como a racionalidade neoliberal, isso porque o discurso pela austeridade fiscal e pelo ajustamento econômico se disseminou mundialmente como orientação ideológica.

Ademais, conforme demonstrado ao longo do trabalho, o discurso para implementação de políticas nesse sentido se basearam no tecnicismo e na busca em conformar um consenso de forças essencialmente oposta para salvar algo “além da política ideológica”, o mercado.

De igual sorte, buscamos demonstrar como a racionalidade neoliberal não se frustra em conformar a despolitização da esfera pública. O mecanismo se dá através da eliminação do político por meio da lógica do consenso e de um discurso de neutralidade baseado no

tecnicismo e em decisões que seriam pragmaticamente necessárias não sendo passíveis de discussão política. Para demonstrar a título exemplificativo como a lógica do consenso opera, utilizamos o fenômeno da terceira via, a qual representa a dificuldade de discutir politicamente reais alternativas.

Também em resposta às hipóteses anteriormente levantadas, buscamos aprofundar como a despolitização da esfera pública cumpre em neutralizar as forças insurgentes, impossibilitando uma real discussão sobre a prática hegemônica e suas políticas.

É importante notar que, neste ponto, identificamos que a despolitização da esfera pública e a racionalidade neoliberal convivem em harmonia, inclusive sendo a despolitização responsável pela expansão do neoliberalismo, através do conceito de hegemonia de Gramsci, seria essa neutralização das forças insurgentes responsável pela adesão consensual das políticas, ideias e valores do neoliberalismo.

Além disso, identificou-se que a despolitização da esfera pública reforçou o déficit democrático na medida em que concretiza a visão pós-política. Isto é, a pulverização das fronteiras entre as alternativas políticas impede com que os eleitores possam se decidir entre alternativas reais e essencialmente distintas.

No que se refere a esse ponto o primordial é notar que furtar dos eleitores essa possibilidade – essencialmente democrática – cria um vácuo que no contexto do déficit democrático esta sendo preenchido por alternativas não democráticas que conseguem articular a contestação ativa da insatisfação popular.

Por fim, já em resposta à última hipótese que esse trabalho levantou, a pós-política leva a uma maior abertura a alternativas não democráticas, no sentido em que conforme o essencialmente político e a formação do binômio amigo/inimigo são esvaziados pelas alternativas tradicionais – em relação a “gestão não-partidária” e “decisões não-ideológicas” – dá-se abertura para que movimentos não-democráticos ganhem o apelo identitário por meio de formas de identificação controversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Polarização radicalizada e ruptura eleitoral**. In. ABRANCHES, Sérgio. *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. Companhia das Letras, 2019.
- APPADURAI, Arjun. **Fadiga da democracia**. In. GEISELBERG, Heinrich. *A grande regressão*. Estação Liberdade, 2019.
- BIANCHI, Alvaro; ALIAGA, Luciana. **Força e consenso como fundamentos do Estado: Pareto e Gramsci**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, p. 17-36, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **Democracia**, em J.F. Santillán (coord.). Norberto Bobbio: *El Filósofo y la Política*. Fondo de Cultura Económica. México, 1996.
- BRASIL. Data Folha: **Grau de Confiança nas Instituições: PO813964, 06 e 07.06.2018**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/06/15/e262facbdfa832a4b9d2d92594ba36eeci.pdf>. Acesso em 20/10/2020
- BRASIL. Data Folha: **Intenção de voto presidente 2014 Avaliação das instituições**. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/int_voto_presidente2014_avaliacao_inst_14122012.pdf Acesso em 20/10/2020
- BROWN, Wendy. **Neoliberalism and the end of liberal democracy**. In W. Brown (org). *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*. Princeton University Press. 2005
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. Moderna, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A hegemonia da pequena política. Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, p. 29-43, 2010.
- ESPOSITO, Marianna. **Democracy and neoliberalism on the crisis of democratic legitimacy caused by neoliberal transformation**. *Soft Power*, v. 1, n. 1, p. 147-151, 2014.
- FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. Autonomia Literária, 2019.
- FILGUEIRAS, Fernando; ARAÚJO, Mateus M. **A política anticorrupção e o marco legal no Brasil. Cobertura jornalística da corrupção. Sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**. Lisboa: Alêtheia Editores, p. 36-71, 2014.
- FLINDERS, Matthew; WOOD, Matt. **Depoliticisation, governance and the state**. *Policy & Politics*, v. 42, n. 2, p. 135-149, 2014.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. **A desconexão democrática**. *Journal of democracy em português*, v. 5, n. 2, 2016.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. **Os Sinais de Desconsolidação**. Journal of democracy em português, v. 6, n. 1, 2017.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FUKUYAMA, Francis. **Why is democracy performing so poorly?.** Journal of Democracy, v. 26, n. 1, p. 11-20, 2015.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. SciELO-Editora UNESP, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**, edited and translated by Quintin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. 1971.

HOWE, Paul. **A corrosão das normas e a desconsolidação democrática**. Journal of Democracy em português, v. 7, n. 1, 2018.

HABERMAS, Jurgen. **The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society**. MIT press, 1991.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MADRA, Yahya, M.; ADAMAN, Fikret. **Neoliberal reason and its forms: Depoliticisation through economisation**. Antipode, v. 46, n. 3, 2014.

MONTEIRO, Leonardo Valente. **Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil**. 2018.

MOUFFE, Chantal. **On the Political**. Routledge. Abingdon, 2005.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2009.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics: Thinking the world politically**. Verso Books, 2013.

MOUFFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia**. Revista de Sociologia e Política, n. 25, p. 11-23, 2005.

MOUFFE, Chantal. **Democracia em um mundo multipolar** Democracy in a Multipolar World. Revista Publicum, v. 4, p. 142-156| 157-170, 2018.

MOUFFE, Chantal. **Democracy in a multipolar world**. Millennium, v. 37, n. 3, p. 549-561, 2009.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NAÇÕES, Unidas. **Declaração universal da democracia**: resolução A/67/7 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, Publicação Interlegis, v. 4, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243080> Acesso em: 21/10/2020.

RANCIÈRE, Jacques. **Who is the Subject of the Rights of Man?. Wronging Rights? Philosophical Challenges for Human Rights**, p. 168-186, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **Introducing disagreement. Angelaki: journal of the theoretical humanities**, v. 9, n. 3, 2004.

RIZEK, Cibele Saliba; DE OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. Boitempo Editorial, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. In: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La crudele pedagogia del virus**. Lit Edizioni, 2020.

SCHMITT, CARL. **O conceito de político [1932]**, trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Leya, 2019.

SEN, Amartya. **La democracia como valor universal**. Istor: revista de historia internacional, ano I, n. 4, 2001.

WILSON, Japhy; SWYNGEDOUW, Erik. **The post-political and its discontents**. Edinburgh University Press, 2014.

WOOD, Matthew. **Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda**. Political Studies Review, v. 14, n. 4, 2016.

KATEB, George. **Political Action: Its nature and advantages**. In: **The Cambridge Companion to Hannah Arendt**. Org. Dana Villa. 1. Ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.